ALLAN RODRIGUES DIAS

**Condições de vida, trajetórias e modos
de "estar" e "ser" catador:**

**Estudo de trabalhadores que exercem atividade
de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR)**

**Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do grau
de Mestre ao Programa de Pós-
graduação em Psicologia, área de
concentração em Psicologia Social
do Instituto de Psicologia,
Universidade de São Paulo, sob a
orientação da Prof^a Dr^a Leny Sato.**

**São Paulo
JUNHO / 2002**

**Ficha Catalográfica preparada pelo Serviço de Biblioteca
e Documentação do Instituto de Psicologia da USP**

Dias, A. R.

Condições de vida, trajetórias e modos de “estar ” e “ser” catador:
estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de
materiais recicláveis na cidade de Curitiba (Pr) / Allan Rodrigues Dias.
– São Paulo: s.n., 2002. – 105p.

Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de
São Paulo. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

Orientadora: Leny Sato.

1. Catadores de papel 2. Trabalho informal 3. Psicologia social 4.
Psicologia organizacional I. Título.

**Condições de vida, trajetórias e modos de "estar" e "ser" catador:
Estudo de trabalhadores que exercem atividade
de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR)**

Allan Rodrigues Dias

Banca Examinadora

(nome e assinatura)

(nome e assinatura)

(nome e assinatura)

Dissertação defendida e aprovada em: 16 / 08 / 02 .

Dedico este trabalho
aos meus pais
Acácia e Ogair — *in memoriam*, e
às minhas irmãs:
Josiane, Cátia e Fabiana.

AGRADECIMENTO

Gostaria de iniciar meus sinceros agradecimentos a todo brasileiro que, através dos tributos recolhidos me proporcionaram, até hoje, uma escolarização de qualidade e gratuita, pois sempre estudei em escolas públicas, **direito** do qual **nem todos** os brasileiros tem a oportunidade de gozar. Assim como aos **trabalhadores** “catadores de papel” que se constituíram interlocutores privilegiados e se dispuseram a dividir parte de seu tempo e experiências comigo.

A minha orientadora, Leny Sato, que, em vários sentidos, muito me ajudou na minha inserção nesta universidade e na elaboração desta dissertação.

A Maria Luisa Sandoval Schmidt e Sylvia Leser de Mello, que gentilmente aceitaram participar de meu exame de qualificação e me ofereceram valiosas contribuições.

As minhas irmãs que sempre me apoiaram nesta empreitada.

A minha amada companheira, Tatiana, por todo o seu apoio, ajuda, compreensão e carinho recebidos.

Ao Fabinho, José Martin, Lourdinha, Tatiana, Claudia e Marcio que ofereceram contribuições valiosas após leitura cuidadosa dos meus escritos. E ao José Rogério por sua participação na finalização deste trabalho socializando seus conhecimentos da língua inglesa.

Com o temor de incorrer em alguma injustiça não mencionando alguém, prefiro não relacionar nomes de amigos que me incentivaram e motivaram antes e durante este trabalho. Ao “Marcião” que me acolheu calorosamente em sua moradia durante a coleta de dados em Curitiba e a “companherada” da Verso Cooperativa de Psicologia, que deram força, estímulo e “tempo” para a preparação desta dissertação.

A COSEAS/USP, através da assistente social Maria Isabel, que me concedeu bolsa moradia no Conj. Residencial da USP, CRUSP, assim como ao serviço de portaria e de limpeza (COSEAS), que proporcionaram, a medida que foi possível, melhores condições de moradia; e o companheirismo dos amigos com quem dividi a morada.

Aos funcionários do IPUSP através das pessoas que trabalham nos seguintes locais: secretaria do PST (Maria Cecília e Marinalva), secretaria de Pós (Luis, Livia e Clarisse), biblioteca (Sra. Lúcia, Elaine, Ritinha, Alexandre e Wanderlei), manutenção (“Bico”, Carlão e Gilberto), portarias (Orcino, Ricardo e Sr. Luis), CPAT (“Taninha”).

Ao Sr. Antônio e Sra. Oriana, os nossos prestativos e simpáticos livreiros, assim como D. Marilene (do carrinho de lanches), que sempre nos alimentou com seus “Bom dia !!!!”.

SUMÁRIO

Termo de aprovação	ii
Dedicatória	iii
Agradecimento	iv
Sumário	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Cap. I – Introdução	8
1 – Catadores de papel: seu contexto, importância e (in)visibilidade	12
1.1 – Setor formal e Setor Informal	18
1.2 – Casos Relatados	21
2 – Catadores de Papel em Curitiba	23
2.1 – Breve Perfil	23
2.2 – O trabalho realizado pelos catadores	24
2.3 – Relações de trabalho	25
3 – Catador de papel: construindo a visibilidade de uma estratégia de renda	29
Cap. II – Metodologia	36
1. Tipo de estudo	36
2. O trabalho de campo	38
3. Desenvolvimento do trabalho de campo	40
Cap. III – Condições de vida e trajetórias dos catadores	47
1. Condição de vida dos trabalhadores entrevistados	50
1.1 - Origem	50
1.2 - Moradia	51
1.2.1 - Depósito	52
1.3 - Trajetórias de trabalho	54
1.4 - Composição da renda	57
1.5 - Ponto fixo: instalando-se como catador	58
1.6 - Rede de Solidariedade	61
Cap. IV - Modos de "estar" e "ser" catador	64
1. Modos de "estar" catador	64
1.1 - O catador "profissional"	65
1.2 - O catador com "visão empresarial"	69
1.3 - Catar papel como "bico"	74
1.4 - Catador: a primeira atividade remunerada	77
1.5 - Catador de papel: última alternativa	79
2. Modos de "ser" catador	83
2.1 - Ponto de vista dos outros	83
2.1.1 - O espaço da rua	83
2.1.2 - Os catadores de papel e o lixo	88
2.2 - Ponto de vista dos catadores	90
Cap. V - Considerações finais	95
Referências Bibliográficas	100

DIAS, Allan Rodrigues. *Condições de vida, trajetórias e modos de "estar" e "ser" catador: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR)*. São Paulo, 2002, 105 p. Dissertação (mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo delinear as condições de vida, as trajetórias de trabalho e os modos de "estar" e "ser" catador de papel. Para tanto, desenvolvemos um estudo qualitativo, mediante acompanhamento do trabalho de catadores e entrevistas semi-estruturadas, na cidade de Curitiba (PR). Identificamos que as trajetórias são orientadas por múltiplas motivações, sustentadas em tentativas de inserção no mercado formal de trabalho bem como na avaliação desses trabalhadores sobre as chances e vantagens no mercado formal e informal de trabalho. Apresentamos os modos de "estar" e "ser" catador. Sob estes aspectos apresentam-se como relevantes: sentirem-se percebidos pela população como estorvo, como marginais e como sujos. Por outro lado, identificam algumas vantagens em ser catador, como por exemplo, os rendimentos, a maior autonomia na definição da organização do trabalho e a ausência da figura do chefe. Verificamos que há formas de "estar" catador, como por exemplo, os "profissionais", os que têm a "visão empresarial", os que têm a atividade como "bico", dentre outros. Evidenciamos que, embora o trabalho realizado pelos catadores de papel tenha grande relevância no ciclo produtivo da reciclagem de materiais, suas condições de vida e de trabalho são bastante precárias.

DIAS, Allan Rodrigues. *Life Conditions, working(job) history (career) and the different manners of existence of the rag picker worker. A Study on workers that pick and sale recyclable materials in the city of Curitiba (PR)*. São Paulo, 2002, 105 p. M.A. Thesis. Institute of Psychology, University of São Paulo.

ABSTRACT

This work delineates the life conditions, labor history and the different manners of existence of the rag picker. It is developed a qualitative research by accompaniment of the workers and semi-structured interviews, in the city of Curitiba (PR). The results pointed out that the workers are headed for attempts to include themselves on the labor market as well as for their evaluation about opportunities and advantages of stay in a formal job or in a informal work. It is presented different manners of be (existence) a rag picker. It is important the feeling of be noticed as an obstacle, a marginal or a dirty person. On the other hand it is pointed some advantages like the earnings or the larger autonomy to arrange the work itself without a boss. There are different ways of being a rag picker. The “professionals”, the ones that have the managerial view and the workers that regard this job as a possibility for a complementary earnings. It is evidenced that the life and work conditions of the rag picker are quite precarious, despite the great relevance of their role in the recyclable materials business.

I – INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve sua origem em reflexões relativas a uma experiência de dois anos e meio de contato direto que mantivemos com trabalhadores coletores de materiais recicláveis, ou catadores de papel, na cidade de Curitiba, enquanto terminávamos o curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). A partir desse contato e através da literatura encontrada, constatamos que os trabalhadores para os quais nos voltamos, tanto em Curitiba como em outras cidades, são homens e mulheres simples e humildes, de pouca escolaridade. Eles, na sua maioria migrantes, detêm um histórico de crescentes perdas (de suas safras, áreas de cultivo, casas, famílias, documentos etc.), de desemprego e de marginalização social, sobrevivendo por meio da venda de materiais recicláveis coletados nas ruas das cidades.

A nossa interação com os catadores de papel deu-se em dois momentos específicos: o primeiro, de 18 meses, em função de um estágio em psicologia na Fundação de Ação Social (FAS) e, o segundo, de 12 meses, como fruto da participação em um projeto de extensão universitária da UFPR (Maia, 1996).

A FAS é uma autarquia que desenvolve e implanta as políticas públicas municipais voltadas para a população de baixa renda, como no caso dos catadores de papel. O estágio, inicialmente voluntário, ocorreu no Programa de Organização dos Catadores de Papel de Curitiba (POCPC). Esse programa teve o objetivo de propiciar a organização da "categoria" através da constituição e formalização de um grupo de trabalho (associação ou cooperativa). Consistia no encontro com catadores em reuniões periódicas nas quais os trabalhadores eram cadastrados, recebiam um uniforme (um par de jalecos e um boné, todos com o logotipo do programa e da FAS) e participavam de atividades grupais cujo propósito era discutir suas realidades, além de participar de um trabalho educativo proposto pela coordenação técnica do projeto.

A autarquia também realizou campanhas de sensibilização da comunidade através de visitas em domicílios, em pontos comerciais na região central e em bairros que tinham grupos de catadores estabelecidos. A população era convidada a entregar o lixo reciclável diretamente a um catador

participante, ao invés de fazê-lo ao caminhão da coleta seletiva de lixo, estabelecendo assim um ponto fixo de coleta para um catador. Ao mesmo tempo, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente já promovia uma campanha publicitária televisiva a respeito da reciclagem de materiais, separação do lixo reciclável e a coleta seletiva do lixo domiciliar, ou seja, o programa “*Lixo que não é Lixo*” ainda em operação.

O POCP oferecia a possibilidade de financiamento de um carrinho para a coleta. O critério utilizado para determinar quem seria beneficiado com o financiamento foi a frequência em reuniões. Ter o carrinho passou a ser a maior motivação para a inscrição no programa e mantinha a participação dos catadores, face a grande expectativa para recebê-lo. O repasse dos carrinhos era evento público e político - dado que sempre ocorreu em praça pública no centro da cidade e estava *condicionado* à presença do prefeito - não sendo previsíveis a *quantidade* de carrinhos a serem repassados nem a data do evento.

Além disso, alguns eram instigados ou cooptados pelos donos de depósitos - aos quais encontravam-se vinculados, como explicitaremos melhor em outro tópico deste texto - para angariar maior número de carrinhos e “renovar” a sua “frota” de carrinhos.

A partir desta leitura verificamos que o objetivo do POCP não era somente a organização dos catadores de papel inseridos nas atividades, coadunado ao financiamento de carrinhos, pelo fato que o trabalho realizado com os grupos estava sendo minado por um movimento interno da instituição que promovia o próprio programa, para servir a outros fins que não eram os explicitados.

Após o primeiro mês de estágio, exercemos a função de coordenar 2 grupos de catadores durante 6 meses. Transcorrido esse período, nos afastamos da coordenação dos grupos por sugestão da equipe técnica coordenadora do programa por causa das divergências de concepções referentes à forma de encaminhar as reuniões. Diante desta situação a proposta de estágio na FAS foi reformulada, ajustando-se a dois estágios curriculares obrigatórios, contemplando os estágios nas disciplinas de Psicologia Organizacional e Psicologia Escolar. No primeiro estágio foi realizada a observação de um grupo em formação e, no segundo, um estudo

sobre a forma de apreensão da língua escrita pelo adulto, a partir de um curso de alfabetização de adultos que teve como referencial a metodologia proposta por Paulo Freire (1982).

O segundo momento de contato com os catadores de papel, referido acima deu-se em função da participação em um projeto de extensão universitária, com o propósito de prestar assessoria técnica em contabilidade e administração aos grupos formalizados de catadores. Diante da necessidade de melhores informações a respeito do universo dos catadores de papel, redirecionou-se o trabalho para um levantamento do perfil do catador de papel em Curitiba. Com esse intuito, foram entrevistados 264 catadores de papel das ruas de Curitiba em amostra acidental¹. Parte dos dados da pesquisa realizada em Curitiba (Maia, 1996) será utilizada neste texto para ilustrar o perfil dos catadores de papel da cidade.

Dessa experiência depreendemos, como Bleger (1984) nos ensina, que, inicialmente, determinados aspectos e objetivos institucionais nem sempre estão explícitos e em consonância com as determinações dadas à equipe técnica, que está efetivamente em contato com a população alvo dos projetos da mesma natureza do POCP/FAS. Nesse sentido, identificamos a imbricação de dois pontos: o papel político do programa na conjuntura das políticas públicas municipais, como tentamos apontar com a questão relacionada aos carrinhos; e de forma genérica, o pouco comprometimento da equipe técnica com o trabalho proposto, pois a mesma equipe dividia demasiadamente seu tempo com os encaminhamentos de outros projetos em andamento, impelindo-a ao pouco aprofundamento nas reflexões acerca das questões ligadas ao POCP. Isto faz com que nos voltemos novamente às questões institucionais, no sentido de que o papel do programa, entre as políticas públicas encampadas, pareceu mais ser o de controle daquela população do que de organização da mesma.

Pontos referentes à dinâmica de grupos em formação com objetivos específicos (associativismo / cooperativismo) puseram em cheque as práticas e técnicas que dispúnhamos para a compreensão do processo grupal, sendo que

¹ Segundo Bastos et al. (1995) este tipo de amostra não tem a pretensão de ser representativa sendo que seu sentido é exploratório. Nesta pesquisa com catadores de papel em Curitiba o único critério para o estabelecimento desta amostra foi o fato de que as abordagens ocorreram na região central da cidade.

identificamos a grande heterogeneidade entre os componentes dos grupos em formação, pelo fato que, a grande maioria dos homens e mulheres que ali estavam, já detinha em sua história pessoal fortes marcas de marginalização social como consequência de sua pobreza material (histórica) e as decorrências da mesma. Da mesma forma como Telles (1990, apud Vieira et al., 1994), entendemos que:

(...) a pobreza qualifica-se como uma experiência dos limites, ou mesmo ruptura com os parâmetros que constroem a noção de ordem legítima da vida. E, nesse caso, a condição de pobreza é sempre passível de transfigurar em marginalização no interior do imaginário social, que constrói as figuras de pobreza extrema como solo de desagregação moral, da ordem e a desrazão. Imaginário que se insere também nas formas como as classes trabalhadoras interpretam e pensam a própria condição em que vivem, assumindo, à sua maneira, a associação entre crime, pobreza e desordem moral. (Telles, 1990, apud Vieira et al., 1994, p. 18).

Desse modo, consideramos que esse fator permite ver mais questões a serem consideradas quando temos em mente populações que têm crescentes perdas em sua história. Percebemos que os catadores de papel experimentam os limites indicados por Telles (op. cit.), pondo-nos diante do confronto entre valores e normas sociais. O estigma com o qual estes trabalhadores são rotulados, em função da atividade que exercem, tem em si uma ambigüidade, pois, se, por um lado, é uma atividade extremamente desvalorizada, por outro lado, trata-se de um trabalho como outro qualquer, principalmente por ser uma atividade que lhes garante o sustento de modo lícito. Os dados citados tornaram-se fatores complicadores para o processo da formação em si dos grupos, assim como o “enquadre” teórico que tentávamos realizar, principalmente na época de nosso estágio na FAS.

Diante desse quadro, propomo-nos a conhecer as condições de vida, as trajetórias de trabalho de catadores de papel e o modo como se situam nessa atividade. Compreendemos que esse estudo pode somar-se positivamente ao corpo de conhecimentos disponíveis em psicologia social, aumentando assim a

efetividade de ações direcionadas a trabalhadores com percurso histórico semelhante ao dos catadores de papel.

1 – Catadores de papel: seu contexto, importância e (in) visibilidade

Para maior efetividade das reflexões a respeito dos catadores de papel e das questões relativas ao trabalho por eles desenvolvido é indispensável ter claro o contexto no qual esses trabalhadores se encontram, enquanto atores de ciclos econômicos e produtivos específicos. A partir dessa especificidade, intentaremos demonstrar o entrelaçamento entre os setores formal e informal do sistema produtivo vigente. Com o objetivo de ilustrar esse ponto, será caracterizada a indústria da reciclagem do papel utilizado para escrever, imprimir e embalar, entre outras finalidades.

Mediante a leitura do periódico bimestral *Papel e Celulose* editado desde 1985 pela Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA)², depreendemos que a reciclagem no processo de fabricação de papel é antiga em nosso país. Consta que “os primeiros depósitos de aparas³ surgiram em São Paulo e no Rio de Janeiro na década de 20” (Celulose & Papel, 1996, p.16-17). Na primeira metade daquele século não havia a produção extensiva de celulose (Celulose & Papel, 1988), sendo que os papéis produzidos no país utilizavam então celulose importada ou outros tipos de fibras. Como forma de diminuir os custos de produção do papel, a reciclagem mostrou-se uma boa solução. Desse modo, no começo do século passado, o incipiente parque industrial do papel adiantou-se à ordem mercadológica e industrial própria do fim de século passado e intensificou a reciclagem de materiais como forma de ampliar a produção e o lucro obtido no seu processo fabril. Em

95 foram produzidos 5,8 milhões de toneladas de papéis de todos os tipos, com uma taxa de reciclagem de 35% do volume produzido,

² Até meados de 1997, a instituição que respondia pela edição do referido periódico era a Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC), que não congregava a maioria dos fabricantes de celulose, os quais passaram então a fazer parte desta organização e, com isso, tornou-se a BRACELPA.

³ Tipo de sobra de papel cortado ou aparado nas margens, em geral com guilhotina (Ferreira,1986). Material abundante resultante da manufatura de cadernos, livros, blocos,

perfazendo entre 1,9 milhão e 2 milhões de toneladas (...) de acordo com o [Compromisso Empresarial Para a Reciclagem] - CEMPRES, a maior parte do papel destinado à reciclagem, cerca de 86%, é gerado por atividades comerciais e industriais; e mais, 60 % do volume total de papel ondulado consumido no Brasil é reciclado (Celulose & Papel, 1988, p. 41-44).

Em termos práticos, tais porcentagens traduzem-se nos seguintes números⁴: a Papirus Indústria de Papel S.A. Celulose & Papel (1987), considerada a maior indústria recicladora do país em 1987, demandava diariamente 350 toneladas de aparas em duas unidades de produção no interior do Estado de São Paulo; a Indústria de Papel e Papelão São Roberto que consome anualmente 72.000 T/ano de papelão, considerada uma empresa de médio porte no setor, consumindo em torno de 197 toneladas de aparas diariamente no ano 1990 (Celulose & Papel (1991). Desse modo, verifica-se que há exigência de enormes volumes de aparas para o processo produtivo no setor da reciclagem de papel. Mesmo em empresas de pequeno porte, o volume requerido é da ordem de dezenas de toneladas por dia.

Dentre as indústrias do setor de celulose e papel, têm-se as que inserem materiais com valor agregado ao seu processo produtivo, no qual utilizam outro produto como matéria prima, ou aquelas que utilizam apenas materiais recicláveis como matéria prima. Estas últimas são exemplificadas por empresas que processam papelão, jornais, embalagens, forrações para embalagens (p. ex., enchimentos ou cantoneiras para embalar geladeiras, freezers, máquinas em geral) etc. Também podem ocorrer as duas modalidades de produção em uma mesma indústria, ou seja, papéis a partir de fibras de celulose virgem e reciclagem de papéis já descartados.

A justificativa para tal prática é a óbvia economia que dela resulta. Estudando a reciclagem praticada no país, Calderoni (1997) desenvolveu uma metodologia para estimar, em termos monetários, os ganhos diretos e indiretos

revistas etc. Entretanto, de uma forma geral, todo o papel e papelão coletado pelos catadores de papel passam a ser chamados de aparas.

⁴ Deve-se considerar a proporcionalidade contida nos dados em função das diferenças de anos de referência.

gerados a partir da reciclagem de papéis, plásticos e vidros para embalagens, e de latas de aço e alumínio encontrados entre os resíduos domiciliares do município de São Paulo. De posse desses dados, o autor avaliou que, no segundo trimestre de 1995, a indústria brasileira do papel economizou, somente em energia elétrica e água, a cifra de R\$ 456 milhões (p. 213), considerando o nível de reciclagem daquele ano (31,7%). O autor estima que somados todos os benefícios diretos e indiretos relativos à reciclagem, considerando uma taxa de reciclagem ótima, essa prática representaria a monta de “*ao menos, R\$ 5,8 bilhões*” em 1996 (p. 281), economizados pela sociedade como um todo.

Sobre a primeira metade do século passado, não encontramos menções à forma de captação do material que era reciclado, ou seja, o modo como eram acumuladas as aparas. Já na segunda metade do século 20, principalmente em meados dos anos 80, há referências a depósitos de sucatas, ferros-velhos, depósitos de papel, catadores de papel, além dos aparistas, que são os comerciantes que compram aparas de gráficas, editoras e papéis e papelões de grandes casas comerciais para vendê-los às indústrias de papel, recicladoras do material. Em paralelo à esta estrutura existente, a partir do fim dos anos 80 e primórdios da década de 90, temos também a implantação dos sistemas de coleta seletiva do lixo em várias cidades médias e grandes do país.

Legaspe (1996) pesquisou a participação dos catadores no processo de reciclagem na cidade de São Paulo sob a perspectiva da geografia humana, culminando em severas críticas ao discurso adotado para campanhas ecológicas e às propostas para o estabelecimento de sistema de coleta seletiva de lixo doméstico por parte do poder público municipal. Uma das justificativas para as críticas dirigidas ao poder público é que a maior parte do lixo reciclável é produzido pelo comércio e pela indústria, apontando para um investimento com retorno financeiro e social questionável. A respeito da polêmica sobre a viabilidade econômica da coleta seletiva, Calderoni (op. cit.) propõe critérios para o debate político acerca do tema, quando afirma que a coleta seletiva deve ser vantajosa para a sociedade. Considerando o contexto no qual os catadores estão inseridos, o volume de material efetivamente reciclado, no caso do papel, Legaspe (op. cit.) critica a forma como está organizada a

reciclagem no país, pois o catador de papel, quem realiza efetivamente o trabalho de coleta, é ignorado pelo ciclo da reciclagem, que o mantém à margem através da informalidade da atividade e de sua inserção em uma economia não registrada na qual a precariedade das condições de trabalho está sempre presente. Esse fato, por si, impõe condições extremas de insalubridade, miséria e exploração a milhares de trabalhadores como tentamos demonstrar.

De modo inerente à forma de crescimento do capitalismo, o sistema de captação de aparas de papel verticalizou-se, especializando-se principalmente pelo tipo de material a ser ofertado (papel, papelão, jornais e revistas etc.). Estruturou-se a pirâmide da reciclagem (Calderoni, op. cit.), na qual o pico é a própria indústria recicladora e a base os catadores de papel e os grandes pontos de geração de sobras de papéis, papéis usados e embalagens; o meio dessa estrutura contém, no mínimo, dois atravessadores: o ponto de contato dos catadores - os donos de depósitos - e, do outro lado, o ponto de contato das fábricas, os aparistas. Calderoni destaca que *“prevalecem, no topo, as indústrias recicladoras atuando em regime de oligopólio (em relação aos consumidores de papel) e oligopsônio (em relação às compras de aparas)”* (p. 281). Segundo nosso ponto de vista, a formação dessa pirâmide reproduz tanto traços da hierarquização presente nas formas tradicionais de organização do trabalho como da estrutura social brasileira.

A maior razão da teia de atravessadores é que o grande aparista tem capacidade de organização, captação de material e grande logística, o que os credencia para negociar diretamente com a indústria que insere no seu processo industrial o material reciclável, seja papéis (fibras de celulose) como é o caso do aparista, seja metais (ferro-velho) ou derivados de petróleo (produtos plásticos, borrachas).

A figura que apresentamos mais adiante ilustra o ciclo da reciclagem, no qual descreveremos sucintamente a função de cada integrante do ciclo: aparistas, pequenos aparistas, depósitos de papel, catadores e os pontos de geração de aparas que, para efeito de representação, chamaremos "convertedores". Dos aparistas, podemos afirmar: são empresas que dispõem de materiais com elevado grau de classificação e adequadamente embalados (fardos com grande volume de material prensado). Em termos de captação,

além de possuírem frotas de caminhões para o transporte e pessoal para a manipulação do material, adquirem material de outros aparistas de menor porte (que chamaremos de pequeno aparista) e de depósitos de papel, assim como de grandes pontos comerciais (CONVERTEDORES A). Deste modo, grandes aparistas adquirem de forma indireta o resultado do trabalho de milhares de catadores de papel, seguindo o “efeito cascata” no qual cada aparista compra papel de dezenas de pequenos aparistas e depósitos de papel. Os pequenos aparistas compram de pontos comerciais (CONVERTEDORES B), depósitos de papel e catadores. Os donos de depósito compram dos catadores e, alguns, também compram de pontos comerciais (CONVERTEDORES C). Os catadores, por sua vez, coletam o material reciclável nas ruas das cidades, realizam a separação desse material do lixo deixado pelos munícipes para coleta de lixo regular, de pontos de coleta (normalmente fixos) e, em alguns casos, pagam⁵ por sacos de lixo de condomínios comerciais ou agências bancárias, nos quais há, potencialmente, muito papel.

Como se vê, quase todos os componentes do ciclo têm acesso a pontos de geração de sobras de papéis, papéis usados e embalagens, no entanto, a possibilidade de aproximação está condicionada ao grau de organização institucional de ambas as partes e ao volume de material envolvido na transação. Um catador ganha caixas de uma loja de confecções, tomando-a como ponto de coleta; o dono de depósito compra o material de supermercados; o pequeno aparista compra de gráficas, redes de supermercados e agências bancárias, e o grande aparista compra de editoras ou gráficas, lojas de departamentos, lojas de vendas por atacado e assim por diante.

A seguir, ilustramos⁶ graficamente a pirâmide acima, chamando a atenção para o fato de que cada integrante da linha horizontal (menos os “CONVERTEDORES”) repete a cadeia dos componentes sombreados imediatamente abaixo de sua posição no esquema representado. Por exemplo, o APARISTA 2 tem a mesma cadeia abaixo de si que o APARISTA 1, assim como

⁵ Na verdade trata-se de um arranjo feito com o zelador ou porteiro dos condomínios comerciais que prevê algum pagamento para poder retirar o lixo; caso contrário, não é permitida a retirada dos sacos e os mesmos serão entregues à coleta regular de lixo.

⁶ É somente uma demonstração da estrutura da cadeia econômica e produtiva não sendo possível precisar os números que cada ator representa.

cada PEQ. APARISTA tem abaixo de si a mesma cadeia do PEQ. APARISTA 1, descrevendo, em termos práticos, uma progressão aritmética.

1.1 – Setor formal e Setor informal

Como indicado por Legaspe (op cit.), o trabalho realizado pelos catadores de papel está inserido no setor informal. A respeito da informalidade, em economia (Cacciamali, 1982, 1991), o aparecimento do termo setor informal data do início dos anos 70, a partir de um projeto da Organização Mundial do Trabalho (OIT) sobre a geração de renda e níveis de emprego em países em desenvolvimento. O primeiro trabalho publicado desse projeto diz respeito à pesquisa realizada no Quênia e inaugura a utilização do termo setor informal em contraposição ao setor formal. Foi uma solução encontrada pelos autores, uma vez que, naquele diagnóstico, acharam formas de produção que não se encaixavam nos modelos teóricos clássicos (modelos de produção moderna vs. tradicional). Cacciamali (1982) salienta que para o estabelecimento dessa discussão, no âmbito da OIT, considerou-se como “corte teórico operacional básico” a forma de organização da produção.

Desse modo, o setor formal “descreve o conjunto das atividades organizadas de forma tipicamente capitalistas. Engloba as atividades do Estado e todas as firmas que, independentemente do tamanho, operam com base no trabalho assalariado e nas quais as atividades de gestão e de produção ou da

prestação de serviços encontram-se separadas” (Cacciamali, 1991, p. 121). Entretanto, conforme a autora:

o setor informal é empregado para designar dois fenômenos distintos. (...) O primeiro define como o representante do conjunto de atividades econômicas em que não há separação nítida entre capital e trabalho, no qual o produtor executa e administra determinada atividade econômica; o segundo, lançado na década de 80 (...) entendida por atividade econômica que foge da regulação do Estado, seja esta tributária, trabalhista ou de outro tipo, firmando-se com a denominação de economia subterrânea, submersa ou invisível. (Cacciamalli op. cit. p. 124).

De acordo com o “*corte teórico operacional básico*” definido pela OIT, a autora adota a seguinte definição de setor informal, delineando melhor o primeiro dos fenômenos indicados acima: “o conjunto de atividades econômicas em que o produtor direto, de posse dos instrumentos de trabalho e com a ajuda de mão-de-obra familiar e/ou de alguns ajudantes, produz bens ou serviços” (p. 126). Quanto ao segundo fenômeno, a autora o aborda em outros termos: a noção de economia submersa ou invisível. Trataremos da economia submersa mais adiante, uma vez que as definições de informalidade e economia submersa são específicas e, ao mesmo tempo, conjugadas; portanto, passíveis de confusão.

A autora defende que, adotando a definição indicada acima para o setor informal, rompe-se com a visão estática e dual que coloca os dois setores em contraposição e passa-se a perceber suas relações de forma dinâmica, imbricados ou, como nomeia a autora, intersticial, apresentando um vínculo estrutural entre eles, concretizado pelo fluxo de capitais, principalmente do formal para o informal. Além disso, percebe-se que as relações de produção estruturam-se em um “*continuun*”.

Esta hipótese permite identificar um espectro de inserções ocupacionais, além do assalariamento capitalista: assalariamentos temporal, sazonal e disfarçado (vendedores autônomos que se encontram subordinados a uma única empresa) (Cacciamali, 1982, p.

Na ocasião da publicação do estudo da OIT, indicava-se que o setor informal poderia servir como alternativa ao desemprego. Com relação a essa posição, Cacciamali adverte que o setor informal apresenta limites de absorção, pois requer a posse dos instrumentos de trabalho, assim como de conhecimentos específicos, que não são parte dos instrumentais educacionais formais. Além disso, justamente pela estreita relação e subordinação ao setor formal, ocorre seu “*amoldamento*” ao sistema econômico e produtivo vigente, apresentando renda média cíclica que acompanha a evolução da renda do setor formal.

A respeito da sintonia entre os setores formal e informal, Sabóia (1986) verifica que há uma estreita relação entre os níveis de produção no setor formal e a ocupação no setor informal. Em momentos de recessão e de grande desemprego existe a tendência de aumento do setor informal. Por outro lado, em momento de crescimento econômico e oferta de postos de trabalho, o setor informal tende a diminuir. O autor demonstra que o aumento do fluxo de trabalhadores para o setor informal, nos momentos de recessão, indica a precarização das condições de trabalho. O autor assinala também que este fluxo cíclico entre os setores formais e informais na atividade econômica dependentes de leis de mercado (crescimento / recessão) atinge principalmente os trabalhadores mais jovens e menos instruídos, assim como as mulheres, uma vez que há o aumento na ocupação de postos de trabalho por elas, embora isso não seja um indicador todo positivo, pois nesses casos é evidente a precarização das condições de trabalho.

Analisando precarização das condições de trabalho, Cacciamali (1991) nos apresenta uma correlação entre setores formal e informal com economia registrada e economia submersa. A respeito da economia submersa, a autora a identifica como aquela que está completamente fora dos mecanismos de regulação estatal e que é, portanto, ilegal. Nesse sentido, o seu “correspondente”, a economia registrada, é aquela que está sob a regulação estatal. Afirma que o setor informal tem uma imbricação com a economia submersa e que “em número, não em importância de valor, a tendência à submersão é mais relevante entre as atividades informais do que as formais”

(p. 132); entretanto, verifica-se a participação do setor formal na economia submersa (por exemplo, via contratação de trabalhadores sem registro em carteira), assim como há trabalhadores do setor informal atuando na economia registrada (trabalhadores autônomos devidamente registrados, legalizados). A autora demonstra que, no setor informal, significativa parcela dos trabalhadores está em situação ilegal, no entanto, *“à medida que eles passam a se estabelecer de forma mais permanente em suas atividades (...) tendem a se registrar, tanto para celebrar contratos, receber crédito ou ainda evitar choques e desembolso de propinas para a fiscalização”* (Cacciamali, 1991, p. 134).

Diante disso, afirmamos que o processo de reciclagem industrial de papéis dá-se em num contexto no qual estão claramente mesclados a economia registrada (indústrias) e o setor informal (sistemas de captação de aparas, catadores), assim como vemos claros traços da presença de uma economia submersa: não se tem definição sobre os limites entre a formalidade e a informalidade; há um grande fluxo de recursos financeiros entre esses dois setores (formal e informal), uma vez que o primeiro sustenta o segundo; e todos os catadores com os quais tivemos contato encontram-se no setor informal de trabalho, tanto quanto os donos de depósitos na economia submersa. Embora possam gerar polêmica essas questões analisadas à luz da economia, o fato é que há um enorme contingente de catadores de papel que se encontram *“submersos”* no processo de reciclagem de papéis, portanto invisíveis, tanto para quem analisa sem aprofundamento o processo de captação de aparas, assim como para as autoridades que mediam as relações de trabalho no país. Contudo, são esses trabalhadores quem mantêm, em grande parte, esse processo, como descrevemos anteriormente, em que 60% de todo o papel ondulado produzido no país em 1995 foi reciclado, sem que exista uma estrutura registrada de captação desse material.

1.2 – Estudos sobre catadores no Brasil

Em função da especificidade do tema, encontramos escasso material disponível na literatura a respeito de catadores de papel. Carvalho (1990) nos apresenta informações com relação aos catadores de Curitiba nos anos 80, sob o enfoque antropológico, abordando principalmente o aspecto sócio-

econômico. Legaspe (op. cit.) descreve o trabalho dos catadores de papel no centro da cidade de São Paulo. Ainda no Estado de São Paulo há trabalhos sobre catadores de papel em Santos (Prefeitura Municipal de Santos, 1990) e em São Carlos (Mancini, 1999). Em Belo Horizonte, os catadores de papel são o tema de trabalho de Brant (1998), assim como de Parreiras (1999). Em Porto Alegre, Fischer (1993) relata a experiência das catadoras de papel e sua associação.

Encontramos estudos sobre a exploração dos catadores de papel, tal qual a observada em Curitiba, contudo, com a especificidade de que se tratavam de coletores de materiais recicláveis em locais de disposição final de resíduos, os chamados lixões. Estes estudos foram os de: Souza (1995) na cidade do Rio de Janeiro; Moura & Gonçalves (1989), em Salvador (BA); Fernandes (1992), em Campina Grande (PB); Juncá & Azeredo (1995), em Campos de Goitacazes (região de Niterói - RJ). Por sua vez, Costa (1986) de certa forma abrange as duas formas da atividade, ou seja, analisa os catadores de papel da favela Cidade Nova, Natal (RN), que é muito próxima a um lixão da cidade, no qual os catadores alternam os seus trabalhos entre a coleta nesse lixão e nas ruas do bairro.

2 – Catadores de papel em Curitiba

2.1 – Breve Perfil

Em Curitiba, a pesquisa realizada por Maia (op. cit.) apontou o perfil dos catadores de papel da cidade. Entre as respostas validadas, a função de catador de papel era desempenhada, em uma configuração familiar, pelo pai (57,22%), ou a mãe (17,65%), ou os filhos (25,13%). Com relação à faixa etária, verificou-se que: 14,34% dos entrevistados tinham até 16 anos; 23,77% entre 17 e 25 anos; 28,68% entre 26 e 35 anos; 14,34% entre 36 e 45 anos; e 15,85% acima de 45 anos.

Quanto à escolaridade, comprovou-se que 76,5% dos entrevistados tinham iniciado o processo de escolarização, sendo que 48% não completaram a quarta série e 22,6% completaram-na. Outros 22,6% tinham iniciado a 5ª série, mas não tinham chegado à 8ª série, sendo que somente 5,15% completaram-na. Entre aqueles que começaram a estudar, 3% ainda freqüentavam a escola, havendo um caso em que o trabalhador (de 21 anos de idade) estava cursando a 3ª série do segundo grau (0,51%).

A grande maioria dos catadores entrevistados em Curitiba por Maia (op. cit.) são migrantes. Com relação às regiões do país de onde saíram para vir a Curitiba, obteve-se as seguintes distribuições: região sul, 73,87%; região sudeste, 12,82%; outras regiões, 4,5%; e outros países 2,7%. Entre os entrevistados natos da região sul, 24% nasceram em Curitiba; porém, entre eles, somente 13% não mudaram de cidade em busca de trabalho. Os demais já haviam vivido em outros locais e, após seu retorno a Curitiba, encontravam-se trabalhando com a coleta de materiais recicláveis. Segundo os dados, alguns entrevistados estavam na cidade há mais de 30 anos, assim como há apenas 4 dias, demonstrando a ocorrência também de migrações muito recentes. A coleta de materiais recicláveis mostrava-se como alternativa de complementação de renda ou, na ausência de postos de trabalho que absorvessem estes trabalhadores, converteu-se em mais uma forma de trabalho a ser exercida.

2.2 – O trabalho realizado pelos catadores

Os trabalhadores coletam materiais recicláveis nas ruas, principalmente papel, papelão e alumínio, fazendo uso de um carrinho próprio ou emprestado dos depósitos. Após preencherem esse carrinho com material reciclável, dirigem-se ao depósito de papel onde negociam e descarregam, completando uma viagem. No mesmo depósito separam o material, enfardam-no e a quantidade coletada é pesada e anotada⁷.

A separação do material é toda manual assim como o seu enfardamento. Em quase todos os depósitos de papel visitados, encontrou-se uma espécie de caixa de metal⁸ utilizada à maneira de recipiente, servindo como fôrma para o enfardamento do material separado. O interior do recipiente é forrado com papelão ao fundo e nas suas laterais para que o material triado seja acondicionado. Os sacos de lixo fechados, retirados dos pontos de coleta – principalmente agências bancárias – são abertos para que se realize a triagem, descartando-se papel carbono, papéis sanitários e outros detritos (poeiras de varrição, pontas de cigarro, material orgânico etc.). À medida que a caixa vai se enchendo, o catador amassa o conteúdo com os pés para melhor compactá-lo. Uma vez cheia, o catador cobre o conteúdo com outro papelão, amarra-o com barbantes que são colocados sob o papelão (que forra a parte interna da caixa), e, finalmente, retira o fardo da caixa e o acondiciona no depósito.

Carvalho (op. cit.) e Legaspe (op. cit.) demonstram que há especializações na realização do trabalho de coleta de material reciclável, seja na natureza do material coletado (papelão, papéis de escritórios, latas de alumínio etc.), seja na forma de obtenção do mesmo (em condomínios residenciais, comerciais, lojas de venda por atacado, agências bancárias etc.) ou, ainda, na separação e enfardamento. Em alguns casos específicos, há grande refinamento de técnicas, como demonstra Legaspe ao explicar o trabalho dos saqueiros-fixos e seus “chutes”⁹.

⁷ Normalmente, o pagamento aos catadores é realizado semanalmente ou quinzenalmente, dependendo da frequência com a qual o dono do depósito realiza a venda do material para aparistas.

⁸ A caixa em questão, na maioria das vezes sucata de refrigeradores antigos, era a caixa interna em ferro esmaltado. Na cidade de São Paulo não é incomum vê-las utilizadas como o próprio carrinho, na qual são apenas adicionados um eixo com suas rodas e as alças nas quais o catador se apóia para puxá-lo.

⁹ O autor relata o “chute” como uma estratégia de catadores experientes saberem se determinado saco de lixo fechado, encontrado na calçada para a coleta de lixo, pode ter ou não

De acordo com Legaspe (op. cit.), os saqueiros fixos¹⁰ podem atingir uma renda mensal de aproximadamente R\$ 1.000,00. No entanto, trata-se de uma exceção, pois moram em depósitos no centro de São Paulo, muito próximos aos pontos de coleta e não formam um número representativo. A média dos demais permanece entre R\$ 150,00 a R\$ 400,00 mensais. Em Curitiba, como revela Maia (op. cit.) o valor médio pago ao catador é R\$ 190,00 cada mês.

Voltando-se para a cadeia que sustenta a reciclagem, na capital paulista, Calderoni (op. cit.) estimou que o primeiro intermediário da cadeia costuma adotar a seguinte prática “distributiva”: do valor recebido da venda de material para o aparista, 30% é para custear a manutenção do negócio, 30% é a sua margem de lucro, e 40% é utilizado para pagar os catadores que normalmente são muitos. A estimativa do valor pago pela indústria ao aparista requer dados não disponibilizados no mercado, também por tratar-se de uma economia submersa e informal.

2.3 – Relações de trabalho

A atividade de coleta de materiais recicláveis tem como fim a comercialização. Assim, sob o ponto de vista do catador, o material é coletado para ser vendido. Nesse sentido, os catadores de papel estabelecem vínculos com os compradores da coleta realizada.

Em Curitiba, esses vínculos se davam em função da relação entre dois itens essenciais: moradia e propriedade do carrinho para coleta¹¹. O trabalhador podia apresentar as seguintes situações:

- a) Ter moradia e carrinho;
- b) Ter moradia, mas não o carrinho;

material que lhes interesse literalmente golpeando o saco com um chute. Dependendo do som produzido julgam se levam ou não o saco.

¹⁰ Catadores de papel que coletam basicamente o lixo de instituições financeiras (predominantemente na região da Av. Paulista entre os bairros Bela Vista e Jardim Paulista), sendo que normalmente possuem pontos de coleta fixos, sempre próximos ao depósito onde comercializam e moram. As denominações dependem do tipo de material coletado, assim como a forma. Poderiam ser carrinheiros, cabeceiros, entre outras denominações variam regionalmente para indicar esse trabalhador.

¹¹ Utilizam-se de um carrinho adaptado, que é puxado pelo próprio catador, no qual depositam o material coletado, sendo assim o seu instrumento de trabalho.

- c) Não ter moradia, mas ter carrinho;
- d) Não ter moradia nem carrinho.

A relação verificada¹² mais freqüente é aquela na qual o dono de depósito fornece ao catador de papel moradia e carrinho.

Na pesquisa realizada por Maia (op. cit.), considerando como item preponderante a moradia, observou-se as quatro formas de vínculos. Na primeira forma, o catador dispunha de local de moradia e carrinho, desse modo o vínculo com o dono de depósito restringia-se à venda do material, sendo que o catador recebia seu pagamento após a entrega do resultado da coleta, o que correspondia, aproximadamente, a 27% da amostra. Estes têm a possibilidade de escolher a quem vender o produto de seu trabalho e, se houver possibilidade, armazenar e negociar com aparistas.

Na segunda forma, o catador dispunha de moradia mas não possuía o carrinho, logo tomava um carrinho emprestado do depósito e, por essa razão, ficava na obrigação de vender o material somente para esse depósito. Isto correspondeu a aproximadamente 23% dos entrevistados. Na terceira forma, o catador não possuía moradia mas tinha o próprio carrinho, correspondendo a, aproximadamente, 10% dos entrevistados que, neste caso, moravam no próprio depósito. Na quarta forma de vínculo o catador não possuía nem carrinho, nem carrinho próprio, o que correspondeu a aproximadamente 40%. Este último aspecto, não ter moradia e nem carrinho, estreitava ainda mais a relação de dependência com o dono do depósito.

Em Curitiba, a maioria dos depósitos de papel encontra-se em favelas. Durante o estágio na FAS foram realizadas visitas periódicas a uma das favelas mais antigas da cidade. Ela se situa muito próximo à região central e, por isso, é fonte de muita polêmica junto às gestões municipais, pois, ao contrário das demais, ela literalmente salta aos olhos da cidade com todos os problemas inerentes a uma favela. Os depósitos ocupam a totalidade do seu respectivo lote, possuindo poucas variações entre um e outro estabelecimento. Alguns destinavam o centro do terreno para a manipulação do material trazido das ruas, com o depósito coberto para o material já separado e enfardado ao

¹² Foi observada variação nos valores recebidos pelo catador em função do que lhe fosse cedido pelo dono de depósito, por exemplo entre aqueles que moravam no depósito, quem não tinha carrinho próprio recebia valor menor que aquele que o detinha.

fundo e, nas laterais, os barracos para os catadores; outros construíam uma espécie de palafita na qual a parte de baixo da construção era destinada ao espaço de manipulação e depósito do material e a parte superior para moradia, normalmente dos catadores. Observou-se que, em média, 4 famílias moravam nos depósitos em espaço insuficiente e em condições completamente inadequadas e insalubres; sendo que, em muitos casos, as famílias eram obrigadas a transitar entre o lixo trazido das ruas.

Segundo os donos de depósito, eles “*prestam um favor*” às pessoas que estão morando no seu depósito. Alegam que não cobram aluguel nem taxas referentes ao consumo de luz e água. Nesse contexto, o “patrão” se dá o direito de esperar (e cobrar sempre que necessário) que o catador que usufrui de seu depósito saia às ruas diariamente e colete material reciclável para compensar os benefícios oferecidos. Entretanto, se o catador, por algum motivo, não puder ir às ruas em busca do papel, torna-se passível a cobrança de uma diária que pode variar de R\$ 5,00 a R\$ 15,00.

A relação dos catadores de papel com o dono de depósito é uma relação marcada pela exploração do trabalho do primeiro pelo segundo. Todavia, há ambigüidades, pois, para muitos catadores, o seu “algoz” também é seu ponto de referência¹³, o que pudemos verificar durante o estágio na FAS. Por outro lado, não raramente, ouvimos histórias de donos de depósito que atuaram como catadores e que exerciam a atividade como um modo viável de obter renda. Alguns desses casos descreveram a forma mais cruel de reprodução das relações de dominação, nas quais os “ex-catadores”, entre os demais donos de depósitos, eram os mais duros e rígidos com aqueles catadores que moravam em seus depósitos e lhes vendiam material coletado.

¹³ Teve-se contato com vários casos em que a referência ao dono de depósito alterna-se ora como aquele que lhe explora, ora aquele que lhe ajuda. Houve um caso no qual o catador teve a oportunidade de um financiamento de sua casa própria pela Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB-CT) em um conjunto residencial, no qual teria um galpão comunitário para que os catadores fizessem a separação e depósito do material coletado, mas recusou pela estrutura que tinha na favela onde se localizava o depósito no qual morava. (a ajuda do dono de depósito, posto de saúde, distância dos seus pontos fixos etc.).

3 – Catador de papel: construindo a visibilidade de uma estratégia de renda

Diante do exposto até aqui, pode-se deduzir as dificuldades enfrentadas por catadores ao tentarem a sua inserção no mercado formal de trabalho, lembrando que aproximadamente 50% dos trabalhadores¹⁴ entrevistados por Maia (op. cit.) moravam em depósitos de papel. Pelo menos esses encontram-se impedidos de procurar outra atividade, pois, mesmo que consigam resultado positivo na busca, poderão exercê-la sob a condição de que o novo posto de trabalho contemple o item moradia.

Os catadores que têm moradia obtêm remuneração relativamente maior do que aqueles que residem nos depósitos; em alguns casos percebem o mesmo valor ou até maior que aquele que receberiam em um posto de trabalho no mercado formal, considerando as qualificações que apresentam. A explicação para tal fato estaria no volume de material que o trabalhador pode oferecer ao mercado. Aquele que dispõe de espaço próprio para depositar o seu material tem a possibilidade de vendê-lo para o pequeno aparista e não mais para o dono de depósito, obtendo desta forma melhor preço, uma vez que consegue “pular” um atravessador do ciclo e receber valor aproximado ao pago para o dono de depósito.

São aos catadores que não se encontram na dependência de depósitos a quem propomos nos voltar, tendo em vista que já tiveram algumas oportunidades para o estabelecimento de estratégias específicas para contornar situações adversas próprias do trabalho que desenvolvem, além de terem, como verificamos com D. Maria e Seu João - que apresentaremos a seguir - pelo menos em nível discursivo, superado o estigma que a atividade compreende.

Neste ponto, apresentaremos casos nos quais há opção pela atividade de coleta e venda de materiais recicláveis enquanto forma de trabalho e fonte de renda. Primeiramente, citaremos dois casos dos quais tomamos conhecimento durante o estágio realizado na FAS e, posteriormente, um caso encontrado na literatura e ocorrido na cidade de São Paulo.

¹⁴ Como indicado no item 2.3 deste capítulo.

D. Maria¹⁵, de aproximadamente 40 anos, com seus três filhos (o maior com 13 anos de idade) partiu de sua cidade no oeste paranaense e, em fevereiro de 1994, chegou a Curitiba. Com o pouco dinheiro que tinha conseguiu alugar uma casa de fundos em bairro próximo ao centro da cidade. Mal tinha mobília, somente roupas e alguns utensílios de cozinha. Começou a trabalhar como empregada doméstica mensalista, mas, percebendo que como diarista poderia ter ganhos mais elevados, passou a exercer esta última modalidade de trabalho. Observando a movimentação de carrinhos de papel nas ruas, abordou um catador e tomou conhecimento a respeito do trabalho. Passou, então, a catar papel no trajeto de volta para sua casa e a armazená-lo em casa. Ia arrumando os materiais que coletava de tal forma que pudesse carregar nos braços (nas palavras dela: “*catava nas costas*”), armazenava-os em sua casa e comercializava com aparistas. Não quis tomar emprestado um carrinho de depósito de papel, pois teria que vender o material a quem lhe “emprestasse” o carrinho. Aos poucos foi diminuindo as atividades como diarista e passando a dedicar-se somente à coleta de papel, uma vez que lhe era mais rentável. Após três meses de participação no POCPC/FAS, foi contemplada com o financiamento de um carrinho e dizia com certo ar de orgulho que era catadora de papel. Por meio dessa atividade começou a estabelecer-se em Curitiba, e pôde comprar o mobiliário básico, como por exemplo camas. Isso ocorreu entre fevereiro e agosto do mesmo ano. A história também evoca confrontos com o preconceito e a discriminação por parte de alguns, como a locadora da casa na qual D. Maria morava. Em contrapartida, ela contou com a solidariedade de outros que a ajudavam separando material para lhe entregar e doando-lhe gêneros alimentícios ou mesmo “marmitex”.

Outro caso é o do Seu João, senhor que seguiu percurso um pouco diferente. Estabelecido em Curitiba há mais de quinze anos, é proveniente de uma pequena cidade do sudoeste do Paraná. Relatou que fez um “acerto” no antigo local de trabalho e, aproveitando o dinheiro que recebeu do fundo de garantia, mudou-se para a capital e comprou um terreno com uma pequena casa de madeira. Na cidade de origem, exerceu a função de operador de máquinas de terraplanagem, tendo passado pela oficina das máquinas. Em

¹⁵ Os nomes de catadores utilizados neste trabalho são fictícios.

Curitiba, após sua mudança, entre outras tentativas de emprego, concorreu a uma vaga como borracheiro em uma grande empresa de transportes. Dizia ele:

“depois de esperar um tempão para ser entrevistado e saber que era só uma vaga e o salário é o mínimo - o salário mínimo, eu disse só que com isso eu não sustento a minha família. Peguei e fui embora e comecei a catar papel. Hoje tenho vários pontos, guardo o meu papel em casa, vendo a cada duas semanas, às vezes dez dias. Por vez vendo uma média de 2000 kg, tudo separadinho e enfardado. Hoje estou reformando minha casa, fazendo paredes de alvenaria e comprando móveis novos. Está aqui ó [mostra uma nota fiscal de compra de um conjunto de cozinha e um fogão] fiz a prestação e estou pagando só com o dinheiro do papel”.

Assim como no caso de D. Maria, Seu João também relatou que algumas vezes recebia ajuda de pessoas que encontrava com certa frequência. Nos casos em que ambos tinham o seu trabalho “estruturado” (pontos fixos, horários de coletas em edifícios, cuidado em manter o mesmo itinerário), era comum ouvir que sempre ganhavam coisas. Seu João relatou que em um certo ano, no mês de dezembro, ele chegou a ganhar cestas de natal. D. Maria tinha a simpatia das pessoas de uma empresa muito próxima à sua casa. Era a sede da representação de uma multinacional para Curitiba e região. O pessoal da empresa guardava as embalagens de máquinas fotocopadoras para ela. Em troca, ela fazia a limpeza semanal do pátio, onde era o estacionamento da empresa; às vezes, contratavam os serviços dela como diarista para a limpeza interna do escritório. Nessas ocasiões eram seus filhos que limpavam o pátio (capina e varrição). Nesses dias ganhavam “marmitex”, além dos valores correspondentes ao serviço dela. Ademais, foram comuns outros relatos em que ganhavam comida pronta ou gêneros alimentícios para o preparo, assim como roupas usadas e até móveis.

Dos casos citados, constatamos que o catador de papel que exerce a atividade como profissão apresenta uma estrutura mínima que o possibilita manter certa constância no volume de material coletado, em função dos pontos

de coleta que passa a estabelecer, assim como um itinerário específico e, em consequência desse profissionalismo, possui uma renda média melhor que os demais. Ao passo que aqueles trabalhadores dependentes dos depósitos como veremos a seguir, apesar de também poderem impor o mesmo ritmo de trabalho “estruturado”, suas perspectivas de trabalho são menores; justamente, em função da dependência que têm do depósito, dos valores recebidos e das condições em que vivem.

Para ilustrar um caso específico de dependência de venda, citamos Carolina Maria de Jesus (Jesus, 1960), cujo relato é o mais antigo que encontramos. Trata-se de um diário iniciado em 1955, que narra a saga da própria autora e catadora, na cidade de São Paulo. Carolina, migrante e mãe solteira de três filhos, morava na favela do Canindé com seus filhos. Mantinha-se com o resultado da catação de papel e ferro-velho (vendendo-os nos depósitos próximos à favela) e através da solidariedade das pessoas que conheceu a partir da atividade que realizava. Mas nem sempre isso era suficiente para a sobrevivência de sua família, por isso também coletava alimentos, principalmente legumes em feiras e, em situações mais críticas, o que pudesse aproveitar do lixo. Na verdade, seu caso é uma descrição sem igual sobre os efeitos da fome sobre as pessoas. Devido aos baixos valores pagos não podia fazer estoques de materiais, pois o que a venda lhe rendia era utilizado para comprar gêneros alimentícios em poucas porções. Mesmo assim, latas e ferro-velho eram passíveis de ser estocados e vendidos principalmente em dias de chuva, pois nesses dias avaliava não valer a pena sair para catar papel. Além disso, a descrição do recolhimento de materiais recicláveis para venda também é minuciosa em relação ao cotidiano na favela, sua vivência e problemas inerentes.

Embora a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis não seja reconhecida socialmente, ela se tem mostrado como uma alternativa precária ao desemprego e à falta de renda. Cacciamali (1982), verificou que o setor informal é composto por

“trabalhadores expulsos das relações de assalariamento” sem recolocação ou extinção de postos de trabalho, como também por trabalhadores [que optam por abandonar esta relação por ver no

setor informal uma alternativa de sobrevivência]. (...) Deve ainda ser observado que, mesmo sem elevados níveis de renda, as condições de trabalho *por conta* correspondem à aspiração de muitos trabalhadores para se libertarem de um patrão, de um chefe ou de horários rígidos” (Cacciamali, 1982, p. 39)

Essa tendência também foi verificada por Rodrigues (1981) em sua pesquisa sobre o trabalho autônomo com motoristas de táxi da cidade de São Paulo.

Por sua vez, Menezes (1990), pesquisando migrantes oriundos da região nordeste do país, na cidade de São Paulo entre 1982 e 1984, verificou o desejo de trabalho por conta própria na maioria dos seus entrevistados. Apresenta a idéia de que, enquanto estratégia de sobrevivência, não há oposição entre as formas de trabalho observadas tanto no setor formal quanto no informal. O trabalhador sempre está avaliando as vantagens entre o formal e o informal, uma vez que *“ambas estão contidas no conjunto das alternativas de sobrevivência dos trabalhadores”* (p. 24). A autora conclui que o

trabalho por conta não pode ser entendido apenas com base nas características intrínsecas a ele, mas sempre com relação ao trabalho assalariado e a sua importância não se restringe a aspectos econômicos, nem pela autonomia e “maior liberdade”, mas a sua interdependência destes fatores. (Menezes, 1990 ,p.26)

Embora não tenham pesquisado catadores de papel e sim o mercado de trabalho composto por empregadas domésticas e operários da construção civil em Salvador (BA), Lautier & Pereira (1994) demonstraram que esse mercado conforma-se a partir de um conjunto de estratégias não só profissionais, senão também afetivas, residenciais ou matrimoniais; que vão sendo revistas *“constantemente em função do grau de controle dos fatores sociais que condicionam as escolhas”* (p. 134); e que constituem um elemento estruturador de seu funcionamento. A base desse conjunto de estratégias contém as representações de si, da atividade de trabalho e do mercado de trabalho, as quais são marcadas *“por uma aberrante interiorização da desqualificação social*

e estigma que carregam” (p. 133), apesar de se verificarem raros casos nos quais há sucesso quando se consegue tirar proveito das oportunidades econômicas, ao mesmo tempo que se contrapõe à estigmatização social.

O ponto de convergência com nossa proposta é o fato de o mercado de trabalho ao qual Lautier & Pereira (op. cit.) fazem referência é, como indicado pelos autores, de fraca regulação institucional, o que o coloca em uma posição de grande proximidade com a economia submersa e a informalidade. Também citamos que são postos de trabalho passíveis de serem (ou terem sido) ocupados por catadores de papel; por isso, poderíamos considerá-los pertencentes a uma mesma categoria analítica. Além disso, os fatores profissionais (qualificação), afetivos (relações familiares daqueles que já exercem a atividade, assim como com os donos de depósito) e residenciais indicados pelos autores encontram-se contemplados ao refletirmos o contexto vivido pelos catadores de papel.

Lautier & Pereira (op. cit.) atribuem grande participação do conjunto de representações na regulação do mercado de trabalho que estudaram, que é caracterizado por baixos salários, pela alta rotatividade e por ser marginalizado. Essa regulação é *“operada”* socialmente, em uma complexa conjugação de fatores micro-sociais, macro-sociais e macro-econômicos. Os autores terminam por defender que o entendimento dessas relações, que é um desafio, *“possibilita entender que a situação do emprego e da pobreza não é apenas o resultado de um estado de economia.”* (p.150)

Diante desses aspectos apontados por Lautier & Pereira (op. cit.), considera-se importante proceder à compreensão sobre a visão que os trabalhadores constroem sobre o trabalho, no intuito de obter pistas acerca de como tais visões informam as práticas no trabalho e as trajetórias profissionais.

II – METODOLOGIA

1– Tipo de estudo

Nesta pesquisa, temos intenção de conhecer as condições de vida, trajetória de trabalho e o modo como os catadores se situam nessa atividade. Como dissemos anteriormente, voltamo-nos para os catadores que detêm seus meios de produção, ou seja, o carrinho e espaço para depositar o material coletado. Realizamos um recorte específico e não temos qualquer pretensão de que nossa pesquisa represente uma amostragem de todos os catadores de papel de Curitiba que possam ser identificados a partir de nosso recorte (todos aqueles que tiverem carrinho e local para depositar seu material) menos ainda que represente toda a população de catadores de papel da cidade. Assim sendo, trata-se de uma pesquisa qualitativa (Minayo, 1996).

Para tanto delinhamos o campo desejável. Nossa estratégia foi a de, uma vez na cidade, encontrar com catadores de papel nas ruas, seja durante o seu trabalho, assim como durante os momentos de descanso ou espera pelo horário¹⁶ de coleta em seus pontos fixos de coleta. Nessas ocasiões, nos apresentávamos, assim como o nosso trabalho, e se o catador estivesse dentro do perfil definido, seria solicitada uma entrevista. Deixaríamos o catador à vontade para marcar o local e o horário que pudesse conceder a entrevista em um momento que julgasse não interferir em seus afazeres. Por outro lado, em situações nas quais o catador tivesse vínculos de dependência com depósitos de papel, seria pedido que indicasse ao pesquisador outros catadores que tivessem o carrinho e depositassem o material coletado em suas casas e que também pudessem vir a serem contatados.

Além desses contatos, observaríamos a atividade de coleta de materiais recicláveis nas ruas e conversaríamos com catadores acerca de como se encontrava o contexto vivenciado, da problemática dos depósitos; enfim, mais dados sobre o seu cotidiano de trabalho. Tanto as observações e as conversas seriam registradas, assim como as entrevistas e, com a devida autorização, gravadas.

Enquanto complemento dos dados, também realizaríamos pesquisas nas bibliotecas locais em busca de materiais publicados pela mídia escrita do estado e órgãos do poder público para identificar possíveis ações que, de alguma forma, diziam respeito aos catadores de papel. Com base nesse conjunto de dados composto pelo acompanhamento do trabalho do catador, observações — cuja compilação conforma um diário de campo — conversas livres, entrevistas semi-estruturadas e dados de matérias jornalísticas do estado, é que realizaremos nossas reflexões.

As entrevistas semi-estruturadas foram orientadas por três tópicos: um identificava o entrevistado abordando idade, escolaridade, origem e mudanças de cidade; um outro sobre trabalho, no qual foram abordadas as experiências já vividas relacionadas a trabalho, informações que lhe foram passadas sobre trabalho por outras pessoas, principalmente familiares; e, por fim, outro que se procurava explorar a questão relacionada ao trabalho com materiais recicláveis, abordando a entrada do entrevistado na atividade; os pontos de coleta fixos e o que acha de bom e de ruim na atividade.

Definimos que realizaríamos de 6 a 8 entrevistas com catadores que figurassem entre os objetivos propostos, ou seja, proprietários de seus meios de produção. Além destes, também avaliamos que seria importante que entrevistássemos alguns catadores que não apresentassem estas condições. Para tanto, tínhamos em mente o número de 4 a 6 entrevistas.

Considerando que temos familiaridade com o local, assim como com alguns catadores, somado ao fato de que esperávamos que, entre estes, pudéssemos identificar informantes que nos ajudariam a identificar catadores que não dependem de depósitos de papel e, também, fornecer outras informações sobre o campo, definimos que dedicaríamos o tempo médio de três semanas para a coleta de dados.

¹⁶ Por determinação do poder público municipal, os estabelecimentos comerciais só podem colocar o seu lixo para a coleta ou repassá-lo aos catadores após as 18 h, sob a pena de multa pela infração.

2 – O trabalho de campo

A cidade de Curitiba é a maior cidade da região, considerando os estados do Paraná e Santa Catarina. No início do século XIX houve recepção de imigrantes europeus (poloneses, italianos, ucranianos, suíços, austríacos, alemães, dentre outros) na região sul do país e Curitiba não foi exceção, recebendo grande contingente desses imigrantes, tendo sido, com isso, marcada profundamente na sua estrutura sócio-econômica e política¹⁷.

Atualmente possui um parque industrial bastante desenvolvido com atividades nas áreas petroquímica, madeireira, de transformação, de eletro-eletrônicos e, a partir da última década, a instalação da indústria automotiva. Soma-se a isso uma estrutura voltada para o comércio, saúde, educação e cultura, com seus *shoppings*, grandes hospitais, universidades, teatros e eventos culturais. Em termos geopolíticos, a cidade de Curitiba está no centro de uma região metropolitana, que conta com mais 24 municípios, e uma população total de 2,42 milhões de habitantes.

Consolidou-se como referência em infra-estrutura urbana, transportes coletivos e cuidados ambientais, amplamente divulgada. Tais fatos inspiram às pessoas a idéia de que na cidade se pode vir a ter possibilidades de trabalho e melhores condições de vida, o que também serve como chamariz para trabalhadores desempregados de outras cidades.

Entre os cuidados ambientais, mencionamos o programa de coleta seletiva de lixo, batizado como *Lixo que não é Lixo*¹⁸, posto em operação no segundo semestre de 1989. Trata-se de um programa que visa a redução, reutilização e reciclagem de materiais descartados a partir da separação no ponto de geração, com grande ênfase ao lixo domiciliar. Foram realizadas intensas campanhas publicitárias estimulando a separação do lixo domiciliar, ou seja, a separação do lixo orgânico daquele que é reciclável. Desde o início do referido programa, os catadores da cidade opuseram-se à sua continuidade, pois ele era visto como mais um fator que aumentaria a carga horária de trabalho, uma vez que precisariam andar percursos maiores para completar

¹⁷ Prefeitura Municipal de Curitiba. *Migrantes*. (s.d.). Artigo disponível na Internet: www.curitiba.pr.gov/pmc/curitiba/index.asp

¹⁸ Prefeitura Municipal de Curitiba. *Lixo que não é Lixo*. (s.d.) Artigo disponível na Internet: www.curitiba.pr.gov.br/pmc/destino.asp?destino=smlp/index.html

sua carga de papel, em função da menor quantidade de material disponível nos lixos, pois haveria a tendência de ocorrer, nas residências, a separação do lixo inorgânico, que iria para a coleta seletiva e não para eles próprios.

A região central da cidade conta com, entre outros serviços, comércio intenso e diversificado, sendo por isso, motivo de grande confluência de catadores de papel, vindos dos mais diversos bairros da cidade, embora a maioria seja oriunda de duas favelas próximas da região central.

Uma dessas favelas, a Vila Torres¹⁹, tem como característica o grande número²⁰ de depósitos de papel, dentre os quais, muitos que também oferecem alojamento para os catadores. O principal motivo para essa concentração de depósitos é justamente a sua distância em relação ao centro. A pé, leva-se em média 35 minutos entre os dois pólos, ou seja, entre a favela e as principais ruas do centro da cidade como, por exemplo, a Rua XV de Novembro e seu calçadão, mais conhecido por Rua das Flores.

A opção por circunscrever nossa pesquisa à cidade de Curitiba teve como principal motivo a maior familiaridade e o conhecimento das questões relativas aos catadores de papel da cidade em questão, como indicamos no início deste trabalho.

A familiaridade se dá em duplo sentido. Por um lado, no sentido espacial e geográfico, pois detemos grande conhecimento acerca da cidade, principalmente das suas ruas centrais. Por outro lado, a experiência do estágio que realizamos na Fundação de Ação Social (FAS-POCPC), fez com que tivéssemos a oportunidade de conhecer alguns catadores de papel com os quais tínhamos relações de confiança e respeito mútuo. Tais relações contribuíam para o nosso trânsito na favela, assim como o conhecimento, com alguma profundidade, de questões tênues que dizem respeito ao cotidiano

¹⁹ O local é uma antiga ocupação cortada por dois córregos e sempre foi conhecida por Vila Pinto. Na década de 90 foi iniciado um processo de regularização dos lotes e urbanização da região (com o qual já se inicia a especulação imobiliária), assim como a mudança do nome da vila, que foi rebatizada, passando-se a adotar o nome Vila Torres. Essa denominação é uma clara referência ao fato de que um de seus limites é uma grande avenida que contém, em seus canteiros centrais, torres de transmissão de energia elétrica. Não por acaso a avenida é conhecida por Avenidas das Torres, embora seja a Av. Comendador Franco, pelo menos no trecho que nos referimos. Com o objetivo de localizar a favela, e tendo como referência a Av. das Torres, a Vila Torres está no seu início, considerando o sentido centro-bairro. É necessário fazer constar que os catadores se referem à vila pelo nome antigo do bairro: "o Capanema".

²⁰ Segundo matéria publicada no jornal Gazeta do Povo (28 de set. 1999, Seção Local/Especial, p.8-9), são cerca de 80 depósitos na vila.

daquelas pessoas e do universo por elas habitado. Ao mesmo tempo, a posição em que nos encontrávamos naquela ocasião também propiciou uma entrada repleta de determinados significados atribuídos por aquela população em relação à autarquia. Significados esses que também continham descrédito e desconfiança enquanto agente executor de políticas públicas e, também, alguma esperança, pois é aí, em situações emergenciais, que se solicita ajuda material como, por exemplo, cestas básicas. Desse modo, nossa experiência estava consolidada, por força das circunstâncias, através de alguma mediação da instituição, mas não a ponto de comprometer a nossa inserção no campo – nem na época em que permanecemos na instituição enquanto estagiávamos, nem agora que empreendíamos esta pesquisa sob um recorte mais específico.

3 – Desenvolvimento do trabalho de campo

Os contatos com os catadores de papel foram todos nos locais de trabalho, ou seja, as ruas, preponderantemente as da região central²¹ da cidade, pois é onde há maior número de catadores, em função da vocação comercial do local. O espaço da rua é a arena da luta diária dos catadores de papel, assim como dos demais que, de alguma forma, utilizam-se desse espaço para a sua sobrevivência.

Uma vez em campo, a primeira sensação que surgiu foi de estar em um local conhecido, embora alheio. Uma experiência forte, impactante e de difícil enfrentamento. Transpor barreiras “imaginárias” entre nós e os catadores não foi fácil. Seus olhares ora desafiadores, ora não encontrados (ver um catador que fixa seu olhar mais para o chão e lixeiras é relativamente comum), ora discretos, ora desconfiados, foram barreiras objetivas que se colocavam na relação com estranhos. A aproximação a esses trabalhadores continha, em si, transposições inimaginadas²². Diríamos que algumas dessas barreiras foram possíveis de serem transpostas, outras não, como por exemplo, em tentativas

²¹ Nossa atuação se deu, principalmente, em toda a extensão do calçadão da R. XV de Novembro até a Pça Ozório, de suas adjacências e da R. João Negrão, que é muito utilizada pelos catadores da V. Torres.

²² Cf. reflexão apresentada por Gonçalves F^o (1995, p. 34) acerca do contato de um pesquisador social, oriundo de uma determinada camada sócio-econômica, com uma comunidade de outro estrato social.

nas quais o contatos era repellido ou ignorado, mesmo que essas aproximações tivessem sido minimamente avaliadas.

Conhecíamos bem os trajetos e as ruas mais frequentadas por esses trabalhadores (circunscritas na região central da cidade), assim como aquelas vias que eram utilizadas como corredores de passagem obrigatória, que tornavam o trabalho menos penoso, pois são menos inclinadas, considerando-se a topografia local. A abordagem dos catadores ocorreu nesses locais. Nosso contato com o trabalhador se iniciava com um pedido de licença e apresentação pessoal. Começávamos por falar de um interesse sobre o trabalho desenvolvido pelo catador de papel na cidade, especulando sobre as variações de preços do material e fazendo alguma referência a conhecimentos que adquirimos na ocasião do estágio (POCPC/FAS), tentando deixar claro não haver qualquer relação atual com a prefeitura ou a FAS. Isso forneceu dados para se avaliar a possibilidade de entrevista, principalmente em função da receptividade à abordagem. Em uma situação positiva, continuando a conversa, explicávamos²³ que não morávamos mais em Curitiba e que a mudança para São Paulo estava diretamente relacionada ao nosso retorno à cidade naquele momento, assim como ao fato de estarmos ali conversando sobre atividade de coleta de materiais recicláveis. Então, explicávamos nossos objetivos, a pesquisa e solicitávamos a entrevista, adiantando que seria mais uma conversa, como aquela que estávamos tendo.

O contato pôs em questão nosso campo desejável, expressando-se na sua inteireza e impondo sua concretude. O primeiro dia de campo foi bastante intenso. O primeiro contato impactou-nos, pois vivenciamos algo que, da experiência anterior com esses trabalhadores, tínhamos conhecimento, mas nunca havíamos vivido tão de perto, a saber, o tráfico e uso de drogas nesse meio (inclusive nos oferecendo tragadas em um cigarro de maconha, em uma movimentada praça, no meio da tarde); entretanto, também encontramos com dois catadores conhecidos, o que foi confortante.

Além desse fato, vivemos outros momentos que só vieram a confirmar a dureza do trabalho de campo, como a dificuldade de contato com os

²³ Referimo-nos ao fato de que moramos em Curitiba e nos mudamos para São Paulo (capital) em função de nosso ingresso no Programa de Pós-graduação do IPUSP, nesse sentido é que se deu o nosso retorno momentâneo a Curitiba.

trabalhadores, viver a hostilidade da cidade para com esses trabalhadores, assim como a desconfiança destes para conosco. Para ilustrar, mencionamos o fato de que em três situações, na primeira semana, nas quais os trabalhadores²⁴ não compareceram para a entrevista marcada. Houve o caso de um catador, com quem conversamos longamente, trocamos números de telefone e marcamos a entrevista, que, no dia da entrevista, ele teve a delicadeza de telefonar desmarcando-a com a justificativa de que alguém de sua família estava hospitalizado. Outro caso tratava-se de uma senhora, no qual, mesmo com nossas tentativas²⁵ de deixar o mais claro possível as nossas intenções e a entrevista, houve a negativa. Insistimos com essa senhora, pois foram poucas as mulheres catadoras de papel que conseguimos abordar, e destas, a minoria estava no grupo de nosso interesse maior, por isso nossa insistência. Além, é claro, das recusas imediatas ao se perceber que a abordagem tratava-se de mais uma pesquisa.

Consideramos que as pessoas que se recusam a conceder entrevistas ou conversar com uma pessoa desconhecida na rua estão exercendo plenamente um direito. Nossa intenção aqui é explicitar o fato de que isso fez parte do contexto de nossa pesquisa e que tais fatos se somaram, compondo um quadro de dificuldades que tivemos que considerar.

A primeira consequência direta desse quadro de dificuldades foi a extensão do prazo de coleta de dados que imaginamos. Em 25 dias de campo realizamos treze entrevistas. Dessas, somente três catadores não dependiam de depósitos.

A segunda consequência foi uma mudança no modo de solicitar a entrevista. Em conformidade com o planejamento inicial, fazíamos o pedido de

²⁴ Em um dos casos, o catador de papel havia relatado um acidente de trabalho quando trabalhava em uma empresa. Tal acidente lhe deu o diagnóstico de que ficara paraplégico, o que após 2 ou 3 anos de fisioterapia se reverteu possibilitando-lhe o retorno das funções dos membros inferiores, mas com algumas seqüelas, como dores freqüentes e o medo muito presente de voltar a usar cadeira de rodas. Apesar disso, realiza a atividade de coleta de materiais recicláveis, o que exige muito esforço das pernas. Com estas informações mais a afirmação de que este catador sempre ficava no local em que marcamos em função de um ponto fixo de coleta nos assustamos, pois em nenhuma outra ocasião o vimos no local. Também não conseguimos informações sobre o mesmo com outros colegas que freqüentam o local.

²⁵ Encontramos essa senhora em três ocasiões no mesmo local. Na primeira nos identificamos e nos apresentamos interessados no trabalho do catador; na segunda conversamos um pouco sobre o trabalho de coleta e então foi rerepresentada nossa pesquisa e ela pede para confirmar

entrevista tentando deixá-los à vontade para marcá-la em um momento que não os atrapalhasse, um momento de não trabalho. Entretanto, verificamos que um momento de não trabalho no cotidiano dos trabalhadores em questão era algo difícil. Desse modo, a mudança foi: ao solicitarmos a entrevista, propúnhamo-nos a acompanhá-los no trabalho de coleta de materiais recicláveis e até a ajudá-los na tarefa da maneira que fosse possível (p. ex., abrir caixas de papelão, ajudar a ajeitar a carga) e, enquanto isso, faríamos a entrevista.

Mencionamos anteriormente os olhares dos catadores. De uma certa maneira, eles dizem da nossa postura em campo. A busca por entrevistados foi algo como uma “garimpagem”. O que nos guiou, em primeiro lugar, a tentativa de encontrar situações que menos incomodam o entrevistado em seu trabalho. Como exemplo, mencionamos o fato de que a maioria dos 13 entrevistados estava parada (descansando ou aguardando o momento de retirada do material do ponto de coleta) no momento da abordagem.

Abordar o catador quando ele estava se deslocando com seu carrinho sempre foi uma tarefa difícil e precedida de uma avaliação que buscava verificar desde o ponto em que estava em sua coleta diária (volume da carga) até expressões de cansaço (respiração, suor). Houve situações em que eles nos indicavam se era ou não um bom momento para conversarmos, como a pressa com que passavam com seus carrinhos, expressões faciais do esforço feito para movimentar o carrinho, paradas para retomar o fôlego ou beber água. A distinção destas “posturas” dos catadores daquela de espera do horário para retirar o material do ponto — momentos que mais utilizamos para realizar a abordagem — era relativamente fácil, pois nesta última, o máximo expresso pelo catador era impaciência pela hora que não passa) ou um ar enfadonho.

À medida que os dias avançavam, era realizada uma avaliação constante sobre o desenvolvimento do campo, pesando perspectivas sobre novas entrevistas e o quão distantes estávamos de nossos objetivos quanto aos dados coletados. Contudo, as dificuldades enfrentadas se impunham e a idéia de que seria difícil entrevistar seis catadores não dependentes de

no próximo encontro. No terceiro, e último, explicamos sobre nosso intento e então ela diz não querer conceder a entrevista.

depósito estava cada vez mais presente considerando o tempo de permanência na cidade e a estratégia da qual lançávamos mão.

Passados 24 dias decidimos por uma breve interrupção, a fim de revermos as estratégias adotadas e avaliar a possibilidade de retorno para dar continuidade à coleta de dados. Optamos pelo retorno ao campo. Em função dessa decisão, para efeito descritivo, passamos a nos referir ao campo nos termos FASE I, que descrevemos acima, e FASE II, a qual passaremos a comentar.

A FASE II foi marcada pela busca de catadores não dependentes de depósitos de papel em locais específicos. Abandonamos a estratégia anterior de andar pelas ruas da região central da cidade, embora ainda houvesse a esperança de encontrar com alguns catadores específicos²⁶. Entretanto, não obtivemos êxito na tentativa de reencontrá-los²⁷.

Atuamos paralelamente em duas frentes. A primeira foi um conjunto habitacional construído pela Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB/CTBA) em 1995, destinado a catadores de papel participantes do POCP/FAF que estivessem morando em regiões de risco permanente (beira de rios) ou em situação irregular. Infelizmente, as informações que obtivemos²⁸ foram de que não havia mais catadores morando nesse local.

A segunda frente que adotamos foi aceitar a ajuda de uma amiga, a qual, através de sua mãe, nos pôs em contato direto com três catadores que não dependiam de depósitos. Na ocasião do encontro com a mãe dessa amiga, fomos apresentados a dois catadores com os quais marcamos entrevistas para outro dia, em suas casas. Um desses dois casos nos indicou um terceiro

²⁶ Um catador que telefonou para o pesquisador no dia marcado da entrevista, cancelando-a, por problema de saúde na família; um catador que não compareceu no local e dia marcados para a entrevista; e um ex-catador que encontramos durante a primeira fase do campo e, na ocasião, estava trabalhando como vendedor ambulante de frutas e verduras em uma praça central de Curitiba.

²⁷ Nesta ocasião tivemos a informação que, no caso do catador que desmarcou a entrevista (por telefone) por problemas de saúde de alguém de sua família, a adoentada era a sua mãe e ela falecera no hospital.

²⁸ Sabíamos do conjunto residencial, mas não de sua localização exata, portanto procuramos por informações na FAF, um dos órgãos executores daquele projeto, pois teve participação direta na escolha dos moradores. Entretanto, as informações prestadas por uma assistente social que trabalhou neste referido projeto, deram conta de que não há mais catadores de papel no conjunto, pois teriam vendido suas casas.

catador, a quem poderíamos solicitar entrevista. O encontramos e a entrevista se efetivou em seguida à solicitação.

No dia marcado, após realizarmos a primeira entrevista, não tivemos a possibilidade de realizar a segunda, pois o catador saiu para trabalhar no horário que tínhamos marcado. Entretanto, constatamos que o vizinho desse segundo catador também trabalhava com coleta e venda de materiais recicláveis, pois o seu carrinho estava à mostra e o trabalhador estava realizando uma pequena reforma no muro de sua casa. Apresentamos-nos, assim como o trabalho de pesquisa, e solicitamos a entrevista, que nos foi então concedida.

A informante no local nos indicou ainda uma outra senhora, que era catadora e que teve parte de sua casa incendiada criminosamente. Por sorte, somente ocorreram perdas materiais. As contribuições que foram possíveis à esta informante encerram-se com esta última indicação.

Como atingimos o número de entrevistas previsto, encerramos a FASE II em sete dias, tendo como resultado mais quatro entrevistas de catadores não dependentes de depósitos aos nossos dados.

Deste modo, a coleta de dados na cidade de Curitiba, teve a duração de cinco semanas, considerando-se as duas fases. Nesse período foram realizadas dezessete entrevistas, das quais oito foram com catadores não dependentes de depósitos de papel e outros nove com aqueles que dependiam desses “estabelecimentos”. Além das entrevistas, também realizamos registros diários que possibilitaram a confecção de um diário de campo.

III – CONDIÇÕES DE VIDA E TRAJETÓRIAS DOS CATADORES

Nesta parte de nosso trabalho faremos uma apresentação do grupo que entrevistamos, abordando os seguintes aspectos: sexo, idade, origem, onde moram na cidade, questões sobre a situação nos depósitos de papel (enquanto moradia), trajetória de trabalho, renda obtida a partir da coleta e venda de materiais recicláveis, pontos fixos de coleta, e sobre a ajuda de terceiros que estes trabalhadores recebem. Os dados que ora apresentamos foram extraídos não só das entrevistas, mas também do contato que tivemos com essas pessoas durante a observação e acompanhamento do trabalho delas. Salientamos que os dados aqui destacados são aqueles que julgamos importantes no encaminhamento de nossa análise, orientados pelo objetivo da pesquisa.

Como indicamos no capítulo Metodologia foram entrevistadas 17 pessoas que estavam realizando a coleta de materiais recicláveis para vendê-los e assim garantir alguma renda. A caracterização dos entrevistados poderá ser encontrada no quadro I. Dos 17 entrevistados, quatro pessoas eram do sexo feminino. O grupo de entrevistados se constituiu por pessoas de idades variadas, as quais apresentamos através da distribuição a seguir: um entrevistado era menor de 16 anos; seis entrevistados tinha entre 16 e 25 anos; quatro entrevistados tinham entre 26 e 35 anos; dois entrevistados tinham entre 36 e 50 anos; e outros dois entrevistados tinham mais de 50 anos de idade.

Salvo um entrevistado, Durval²⁹, que se dizia muito feliz³⁰ com a atividade, entre os 17, todos os outros exerciam a atividade por falta de outra oportunidade de trabalho que lhes desse melhor condição financeira, seja pelo fato de possuírem pouca escolaridade, seja por estarem acima da média de idade daqueles que conseguem ser admitidos para ocupar postos de trabalho,

²⁹ Todos os nomes aqui mencionados são fictícios.

³⁰ Essa felicidade se justificava por um contexto muito específico, qual seja, a propriedade do carrinho e, principalmente a disponibilidade de um espaço para guardar o material coletado. Além disso, tinha vários pontos fixos de coleta o que lhe garantia um volume constante de material e a possibilidade de realizar a venda para aparistas.

ou ainda por não terem onde morar (para poder morar no depósito, é preciso trabalhar na coleta de materiais recicláveis).

QUADRO 1 – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

	Idade	Qto. tempo trab. como catador	Moradia (1)	Local de Nascimento	Cidade de onde veio para Curitiba	Estado Civil (2)	No. de filhos	Comp. da renda fam. (3)		
								Arrimo da fam.	Outro trab. c/ col. (4)	Outra ativ. (5)
01 – Adão	+/- 30 a.	Desde criança	CP	Curitiba (PR)	Curitiba (PR)	Cas	05	X		
02 – Cirino	11 a.	6 meses	CA	Florianópolis(SC)	Florianópolis (SC)	Sol	-			X
03 – Durval	+/- 50 a.	Mais de 20 a.	CP	Foz do Iguaçu (PR)	Foz do Iguaçu (PR)	Cas	04	X		
04 – Ezequiel	17 a.	Sem informação	DE	Colombo (PR)	Colombo (PR)	Sol	-	X		
05 – Gilmar	21 a.	+/- 6 a.	CA	Matos Costa (SC)	Tijucas do Sul (PR)	Sep	01	X		
06 – Israel	50 a.	27 a.	DE	Sul de Minas Gerais	Jataizinho (PR)	Sol	S/ inf.	X		
07 – Jadir	33 a.	3 a.	DE	Itapejara (PR)	Cidade Gaúcha (PR)	Cas	02			X
08 – Lucas	37 a.	24 a.	DE	Curitiba (PR)	Londrina (PR)	Sep	09	X		
09 – Miltom	25 a.	3 a.	DE	Agudos do Sul (PR)	Quitandinha (PR)	Cas	01	X		
10 – Nazaré	25 a.	6 meses	DE	Canoinhas (PR)	Canoinhas (PR)	Cas	02		X	
11 – Ondina	19 a.	12 a.	DE	Curitiba (PR)	Timbó (SC)	Cas	02			X
12 – Pedro	20 a.	11 a.	DE	Curitiba (PR)	Guarapuava (PR)	Sol	-		X	
13 – Raul	+/- 27 a.	6 a.	DE	Cascavel (PR)	Guarapuava (PR)	Cas	S/ inf.	X		
14 – Silvio	42 a.	Mais de 20 a.	CP	Barbosa Ferraz (PR)	Barbosa Ferraz (PR)	Cas	06		X	
15 – Talita	26 a.	1 a.	CP	Água Boa (PR)	Água Boa (PR)	Sep	02	X		
16 – Uziel	51 a.	6 meses	CP	S. Mateus do Sul (PR)	Piraquara (PR)	Cas	S/ inf.			X
17 – Verônica	66 a.	50 a.	CP	Araçatuba (SP)	Norte do Paraná	Viú	15			X

<p>Legenda :</p> <p>(1) – CP: Casa própria CA: Casa alugada DE: Depósito</p>	<p>(2) – Cas: Casado Sol: Solteiro Sep: Separado Viú: Viúva</p>	<p>(3) – Composição da renda familiar</p>	<p>(4) – A renda familiar é composta por outra pessoa que também coleta materiais recicláveis</p>	<p>(5) A renda familiar é composta por outra pessoa que exerce atividade diferente da coleta de materiais recicláveis.</p>
--	---	---	---	--

1 – Condição de vida dos trabalhadores entrevistados

1.1 – Origem

Verificamos, no grupo de entrevistados, um pronunciado histórico de migrações. Dos 17 entrevistados, quatorze deles mudaram de cidade em busca de trabalho, em função da ausência de oportunidades (postos de trabalho), baixa remuneração ou ainda falta de perspectiva de melhores condições de vida. Em outros dois casos, Verônica e Jadir mudaram para Curitiba em busca de tratamento médico para familiares; e em um outro caso, o de Adão (nascido na capital paranaense), não houve a ocorrência de migração.

Além de Adão, outras três pessoas também nasceram em Curitiba. Mas estes chegaram a se deslocar para outras regiões do estado em busca de trabalho, sendo que, entre estas três pessoas, duas foram trabalhar na zona rural (item que será melhor detalhado adiante) e depois de algum tempo, voltaram para a sua cidade natal.

Entre as treze pessoas (naturais de outras cidades) que vieram de outras regiões, conformou-se dois sub-grupos: há aquelas que saíram de sua cidade de origem e foram direto para Curitiba (sete entrevistados) e outras que, antes de se dirigirem para a capital paranaense, passaram por outras cidades (duas ou três localidades), para então se dirigirem à capital (seis entrevistados). No segundo sub-grupo há duas pessoas que descreveram passagens por muitas cidades (oito ou mais), sempre em busca de trabalho, com a seguinte peculiaridade: Uziel passou por grandes centros urbanos (Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro) e Israel, sempre como bóia-fria, passou por pequenas cidades do norte do estado do Paraná e sudoeste do estado de São Paulo.

Observamos que sete dos entrevistados vieram de famílias que tinham origem na zona rural (interior do estado), atuando diretamente na agricultura. Entre esses casos, somente uma pessoa (Uziel) afirmou que trabalhava em uma área que era propriedade da família, sendo que todos os outros, ou eram arrendatários, ou empregados fixos em fazendas, ou ainda compunham mão-de-obra temporária (bóia-fria).

1.2 – Moradia

A situação de moradia das pessoas que entrevistamos tem grande relevância para a compreensão dos seus contextos de trabalho, como já referido anteriormente. Do total de 17 pessoas entrevistadas, 9 pessoas moravam em depósitos, 6 pessoas moravam em casas próprias e 2 em casas alugadas, ou seja, 8 casos nos quais haveria a possibilidade de comercialização com aparistas como Durval (já mencionado).

Diferente do que esperávamos, das oito pessoas que se apresentavam em condições materiais de realizar negócio com aparistas, somente três o faziam, sendo que um destes três, o Gilmar, morava em casa alugada. Neste caso específico, o trabalhador tinha experienciado a vivência em depósitos de papel e teve condições materiais para desvencilhar-se da dependência da moradia nos depósitos.

O motivo apresentado para a não comercialização com aparista, por parte daqueles que, a princípio, teriam condições de fazê-lo, foi o fato de que a necessidade de comprar algo – principalmente gêneros alimentícios – sempre se mostrou premente. Assim, não podiam aguardar o acúmulo de um volume mínimo de material para negociar com o aparista. Deste modo, à medida que era necessário, era realizada a venda do material já coletado para depósitos próximos das suas casas.

Entre nossas 17 entrevistas, quinze foram feitas com pessoas que moravam na Vila Pinto³¹, seja em casas próprias³², alugadas ou em depósitos de papel. As outras duas pessoas moravam em outra favela que também não é muito distante do centro da cidade, sendo eles o Adão, que morava na casa que foi de seus pais e Cirino, um menino de 11 anos de idade, que mora com seus pais em uma casa alugada.

³¹ Sobre a Vila Pinto, ver o tópico 'Trabalho de campo'.

³² Em pelo menos cinco dos casos nos quais os entrevistados moravam em casas próprias, tratavam-se de pessoas que estavam no local (V. Pinto) há mais de 20 anos, sendo que o estabelecimento no local se deu através de "invasões" urbanas. Posteriormente, com a intervenção e regularização do poder público municipal, puderam comprar os respectivos lotes. Aqui cabe pontuar que mantivemos o termo "invasões", pois alguns dos entrevistados assim se referiram a sua entrada na V. Pinto; embora sejamos favoráveis à utilização do termo "ocupações", que acreditamos expressar um outro modo de compreender as discussões acerca da utilização do espaço urbano.

1.2.1 – Depósito

Como indicado acima, nove pessoas ouvidas moravam em depósitos de papel. Entre as situações possíveis para os catadores, morar em depósito é a que apresenta piores condições de vida para o trabalhador. Nestas situações, os catadores eram pressionados pelos donos dos depósitos para que o volume de material angariado fosse constante, além de não possibilitar ao trabalhador que coletava materiais qualquer margem de negociação com o proprietário do depósito, independente de quais fossem os valores de compra praticados pelos demais depósitos de papel da região.

Já discurremos em outra parte deste texto sobre a situação de moradia e sobre a delicada relação dos catadores/moradores de depósitos com seus “senhorios”. Vários de nossos entrevistados falaram a esse respeito, reproduzindo o discurso dos proprietários dos depósitos. Com certa ênfase, alguns de nossos entrevistados argumentaram que, uma vez no depósito, não havia despesas como aluguel, contas de luz e água e nem a manutenção dos carrinhos (passaremos a designar essas despesas como custo fixo). Ezequiel, morador de depósito, comentou que, se quisesse, poderia tomar um banho (chuveiro elétrico) de uma hora que não haveria problemas, ou ainda que qualquer avaria dos carrinhos (eventuais soldas, pneus furados ou rolamentos das rodas) era responsabilidade do proprietário do depósito.

Gilmar, ex-morador de depósito de papel, comentou que as condições de moradia nos depósitos que ele morou (não especificou quantos, mas indicou que morou em mais de um depósito) invariavelmente apresentavam pouca liberdade e privacidade, além do fato de que sempre havia muito barulho produzido pelos demais moradores, seja no exercício do trabalho ou nos momentos de lazer. Além desses problemas, Gilmar indicou outro agravante a já precária condição de morador de depósito de papel: os valores recebidos pelo material trazido das ruas, o que será detalhado adiante.

Os catadores, cada qual do seu jeito, reagem a situação de pressão e exploração vivida nos depósitos (como molhar o papel antes da pesagem ou o banho – hipotético – de Ezequiel), impingida pelos proprietários de depósitos de papel. A reação mais comum foi comentários a respeito da prosperidade

financeira dos donos de depósitos de papel. Apontaram invariavelmente para o crescimento do patrimônio pessoal do proprietário do depósito (compra de bens móveis e imóveis, p. ex. carros, casas, sítios) e também sobre as margens de lucro obtido quando o material era vendido para os aparistas.

Sobre o lucro dos donos de depósito, Durval iniciou falando a respeito que a margem de lucro ficaria em 10% do valor pago ao catador, mas, ao questionarmos se tal percentual não estaria baixo, corrigiu indicando que poderia girar em torno de 30% do valor pago ao catador. Por sua vez, Ezequiel achava que o proprietário do depósito no qual mora, vendia o material trazido das ruas a um valor equivalente ao dobro daquele que paga aos catadores (e a ele próprio), ou seja, teria um lucro bruto de 100% sobre o valor que o entrevistado recebia. A respeito dessa questão da proporcionalidade de lucro obtido pelos proprietários de depósitos de papel sobre o valor pago ao catador, foi o Gilmar quem melhor esclareceu. Como ele comercializava o seu material com aparistas (assim como os proprietários de depósitos), apontou que há proporções diferentes por tipo de material. Disse que recebia, pelo papel branco³³ (de maior valor para o catador, embora em menor quantidade disponível), R\$ 0,25 por quilo, enquanto os depósitos pagavam, em média R\$ 0,10 de acordo com informações que ele dispunha. Neste tipo de papel o lucro bruto girava em torno de 150%. Por outro lado, pelo papelão e pelo plástico ele recebia R\$ 0,12; por esse material, os depósitos pagavam valores que variavam de R\$ 0,04 a R\$ 0,08, indicando uma variabilidade de 50% (considerando R\$ 0,08) a 200% (tomando R\$ 0,04) nas margens de lucro bruto sobre os valores pagos aos catadores³⁴. Silvio ampliou a crítica aos donos de depósito afirmando que a situação de quem morava nos depósitos era de “*escravidão*” e “*humilhante*”, principalmente por conta da pressão a que os catadores eram submetidos no depósito de papel sem considerar o contexto da

³³ A designação genérica “papel branco” refere-se aos papéis branqueados produzidos para escrever e imprimir (p. ex. cadernos escolares, papel sulfite, etc.)

³⁴ Note-se que aqui estamos nos baseando nas informações do Gilmar, tomando como referência, os valores pagos por seus compradores. Sabe-se que há vários aparistas e que também há competição entre eles. Além disso, podemos supor que a possibilidade de que o valor pago ao Gilmar seja ligeiramente menor que aquele pago ao dono de depósito, em função do volume comercializado e a sua frequência. O entrevistado vende o produto de sua coleta acumulado durante um mês, em média. O depósito vende o produto do trabalho de vários catadores, com uma frequência média variando de duas a quatro vezes por mês.

rua, ou seja, a inconstância de material encontrado³⁵, o crescente número de catadores de papel, o serviço de coleta seletiva de lixo, fatores estes que tornam a atividade ainda mais precária.

1.3 – Trajetórias de trabalho

Analisando as trajetórias de trabalho descritas por nossos entrevistados temos a seguinte situação. Nas 17 entrevistas, em sete casos (Adão, Pedro, Ondina, Lucas, Verônica, Cirino e Ezequiel) a coleta e venda de materiais recicláveis é a primeira atividade remunerada exercida, marcando a entrada destas pessoas no mundo do trabalho. Entre estes, três destes (Adão, Pedro e Ondina) iniciaram a atividade acompanhando seus pais ou tios no exercício desta mesma atividade, a partir de seus 8 ou 9 anos de idade, sendo que, na ocasião da entrevista, um tinha 19 anos, outro 20 anos e o último destes três, aproximadamente 30 anos. Destes três casos, em dois há peculiaridades que julgamos importante. Pedro, um rapaz com a idade de 20 anos começou a catar papel acompanhando uma tia e, tão logo conseguiu puxar um carrinho, passou a sair sozinho. Por constantes problemas enfrentados por sua família, aos onze anos de idade passou a morar na rua, com retornos esporádicos para casa. Voltou a morar com seus pais aos 19 anos e tornou a catar papel, tendo parado esta atividade recentemente para tentar melhor sorte com trabalho no campo (colheita de batatas), em uma cidade no sudoeste do estado, onde tem parentes. Entretanto, afirmou que as condições de trabalho no campo eram piores que as encontradas na coleta e venda de materiais recicláveis. O outro caso é o de Ondina. Seus pais se separaram quando ela tinha sete anos de idade. Após isso, a entrevistada, sua mãe e irmãs foram de Ponta Grossa (PR) para Curitiba, tornaram-se moradoras de depósito de papel (propriedade de sua avó materna) e sua mãe passou a trabalhar com a coleta e

³⁵ Os donos de depósito tem conhecimento sobre a variabilidade do volume de material reciclável trazido pelos catadores aos depósitos. Para além desta questão relacionada aos donos de depósito, julgamos importante fazer constar que a indústria da reciclagem, principalmente a de celulose, pode ser tomada como indicador do desempenho econômico e industrial do país, visto que é muito sensível à variabilidades, e que esta variabilidade também se relaciona com o momento econômico vivido pelo país.

venda de materiais recicláveis³⁶, atividade na qual a entrevistada acompanhou desde então até começar a coletar materiais recicláveis sozinha. Casou-se entre seus 14 e 15 anos e mudou-se com o marido e a família dele para o norte de Santa Catarina onde trabalharam em plantações de erva-mate. Ondina chegou a mesma conclusão de Pedro, ou seja, que o trabalho no campo³⁷ era mais ‘puxado’ que catar papel e, diante disso, voltaram para Curitiba e para a labuta diária em busca de materiais recicláveis.

Além do caso da Ondina, no qual já tinha parentes que trabalhavam na coleta e venda de materiais recicláveis, verificamos que, entre aqueles que vieram de outras cidades, cinco entrevistados afirmaram que, ao chegar em Curitiba, já tinham parentes que trabalhavam na coleta de papel, o que pode ser considerado como uma possibilidade de trabalho aos recém-chegados, além de outras que porventura viessem a ter.

Em outros dois casos, de Lucas e Verônica, além desses entrevistados trabalharem como catadores de papel, ocuparam, em momentos diferentes,

postos de trabalho, com carteira de trabalho registrada (tais como operários da construção civil, vigia, ajudante geral, coletor de lixo e como funcionária de uma empresa de serviços de limpeza) sem deixar de exercer a primeira atividade, tendo aí uma complementação à renda familiar. São casos nos quais as pessoas exerciam a atividade há bastante tempo. Lucas, por exemplo, exercia a atividade há 24 anos. Verônica foi a pessoa de idade mais avançada entrevistada (66 anos), e disse trabalhar com coleta e venda de materiais recicláveis desde que chegou na cidade há 50 anos³⁸. Ela e sua família vieram

³⁶ Parentes da entrevistada (avós e um tio maternos) já trabalhavam com a coleta e venda de materiais recicláveis, entretanto, eram proprietários de, pelo menos, três depósitos de papel. A mãe e a irmã da entrevistada moravam em um dos depósitos da avó, e, ao que pareceu, apesar do parentesco, não gozavam de qualquer privilégio, assim como a própria entrevistada.

³⁷ Interessante observar que Pedro e Ondina realizaram um caminho inverso ao mais comum, pois foram da cidade grande para o interior trabalhar em atividades sazonais, de contratação temporária. Em ambos os casos a ida era justificada por uma tentativa de melhora. O retorno à cidade e ao exercício da coleta e venda de materiais recicláveis, por sua vez, dava-se em função de uma avaliação que indicava que a remuneração tida era muito próxima àquela recebida pelo trabalho de coleta e venda de materiais recicláveis; porém, o esforço físico despendido em roçados era maior. Assim, seria melhor voltar para a cidade e para o papel, pois conheciam bem a atividade, a cidade e as pessoas envolvidas direta ou indiretamente na atividade de coleta e venda de materiais recicláveis, o que pode ser traduzido por alguma melhora das condições de trabalho em relação à situação anterior.

³⁸ A exatidão da informação prestada foi baseada na idade de uma das filhas da entrevistada. Quando Verônica chegou em Curitiba, a filha dela (tomada como referência) tinha menos de

para Curitiba pois seu marido necessitava de tratamento médico. Terminado o tratamento do marido, ela dividiu com ele a tarefa de coleta e venda de materiais recicláveis. Em dado momento, Verônica trabalhou também em uma empresa de limpeza.

Os últimos casos, entre os sete entrevistados que trabalhavam na coleta e venda de materiais recicláveis como primeira atividade laboral exercida, referem-se a Cirino e Ezequiel. Cirino era um menino de 11 anos de idade, coletava materiais recicláveis nas ruas de bairros próximos a sua casa. Morava com seus pais (o pai era mecânico de automóveis) e afirmou trabalhar para complementar a renda familiar, repassando todo o dinheiro recebido por seu trabalho para sua mãe há pelo menos 6 meses.

Indicamos anteriormente que outros sete entrevistados vieram para a capital paranaense, provenientes do meio rural. Em todos estes sete casos, o trabalho agropecuário foi o modo como tiveram a sua primeira experiência laboral. Estas pessoas contribuíam desde muito pequenos (8 ou 9 anos de idade) nos afazeres diários. Inicialmente iam trabalhar acompanhando seus pais e, à medida que iam crescendo, a dedicação ao trabalho passou a assumir outros contornos devido à necessidade de contribuir na renda familiar. Concomitante ao aumento da dedicação ao trabalho, este passa a concorrer com a escola, culminando no abandono da última. Tal situação é descrita por Mello (1988), apontando, como também constatamos nesta pesquisa, que esta situação se verifica na zona rural e também na área urbana.

Finalizando as informações sob o foco da primeira atividade laboral, os outros três casos, tiveram o início de suas vidas de trabalhadores em ambientes urbanos como empregadas domésticas (Nazaré e Talita) e como vendedor ambulante (Raul). Talita trabalhou como empregada doméstica e, por avaliar que lhe seria mais rentável, resolveu passar a trabalhar com a coleta e venda de materiais recicláveis.

Analisando sob a perspectiva do início na atividade de coleta e venda de materiais recicláveis, constatamos que quatro entrevistados (Israel, Gilmar, Nazaré e Uziel) começaram a trabalhar nesta atividade após terem

um ano. Na época da entrevista, esta mesma filha tinha 51 anos. Verônica informou que, quando chegou à cidade, já havia várias pessoas que trabalhavam na coleta e venda de materiais recicláveis.

experimentado períodos de desemprego. No caso de outros quatro entrevistados (Durval, Miltom, Raul e Talita), ouvimos avaliações a respeito das atividades desempenhadas antes de serem catadores de papel, sendo que houve a mudança de atividade por iniciativa dos entrevistados. Dessas avaliações concluíram que coletar e vender materiais recicláveis lhes dava uma condição melhor de sobrevivência, seja na remuneração, seja no esforço despendido, ou ainda nas condições de trabalho. Nos quatro casos em questão, dois casos tinham sido trabalhadores da construção civil, uma havia sido empregada doméstica e outro havia sido vigia noturno.

1.4 – Composição da renda

Na época das entrevistas, o trabalho de coleta e venda de materiais recicláveis era a única fonte de renda de oito dos entrevistados, dos quais seis eram arrimos da família e dois eram homens solteiros. Há o caso de Lucas, além dos oito, que era separado e morava num depósito de papel. Ele declarou que contribuía para o orçamento doméstico de sua ex-esposa e filhos, não esclarecendo se esta era a única fonte de renda da família.

Em outros oito casos, a renda obtida com a coleta e venda de materiais recicláveis compunha a renda familiar, com o trabalho de outra pessoa (cônjuge ou pai do entrevistado), configurando as seguintes situações:

- a) Três afirmaram que o familiar também trabalhava na coleta e venda de materiais recicláveis;
- b) Outros três casos, afirmaram que a outra pessoa (que compunha a renda familiar) exercia outras atividades (doméstica, vigia de loja de confecções e mecânico de automóvel);
- c) Dois casos, nos quais a composição se dá com uma pensão recebida pela esposa do entrevistado no primeiro destes casos, e pensão e aposentadoria no segundo caso.

Infelizmente, não foram em todas as situações de abordagem e entrevista que conseguimos perguntar sobre a renda obtida com o trabalho de coleta e venda de materiais recicláveis. Entretanto, em sete entrevistas obtivemos tais dados. A menor renda declarada, entre estes casos, foi de Ondina. O “contrato” (acordo verbal) de Ondina com o proprietário do depósito no qual morava era

de levar o material coletado, sem o compromisso de ter que separar e enfardar o material angariado, sendo que por isso recebia um valor fixo semanal, o que lhe dava uma renda de R\$ 80,00 mensais (este formato de “contrato” é único entre todos os entrevistados). Raul tinha uma renda mensal média de R\$ 240,00, sendo esta a maior renda média informada. Entre estas sete pessoas, a renda mensal média ficou em R\$ 185,00. Não devemos perder de vista, no entanto, que cinco pessoas deste grupo moravam em depósito (portanto recebiam menos que outros catadores que vendiam para aparistas). Uziel e Gilmar foram os outros dois entrevistados que informaram a respeito da renda obtida através da coleta e venda de materiais recicláveis. O primeiro morava em casa própria e vendia o produto de seu trabalho para depósitos próximos a sua casa; o segundo, por sua vez, morava em uma casa alugada e vendia o seu material para aparistas. Ambos trabalham com carrinhos próprios.

1.5 - Ponto fixo: instalando-se como catador

Entre as informações prestadas por nossos entrevistados, percebemos que, além da moradia e de para quem vende (se para donos de depósitos ou para aparistas), o estabelecimento de pontos fixos de coleta também podem ser tomados como sinal de distinção entre os demais catadores. O ponto fixo de coleta é um local (casa, condomínios residenciais ou comerciais, pontos comerciais etc.) que destina o lixo ali produzido – e normalmente separado de lixo orgânico – a um catador de papel. Normalmente se estabelece um acordo tácito entre o catador e alguém do local (um dos residentes do local, porteiro, zelador, síndico, vendedor, gerentes etc.) e, ao mesmo tempo, passa a ser referenciado pelos catadores como “ponto”, que reserva o material para determinado catador. O estabelecimento de pontos fixos de coleta acaba sendo distintivo entre os demais catadores pois, por um lado, culmina na garantia de um volume mínimo de material coletado e, por outro, pode determinar o quanto o catador terá que andar pelas ruas da cidade para completar a sua carga. Para ilustrar relatamos a abordagem ao Miltom que ocorreu em uma rua de um bairro próximo ao centro da cidade. Ele estava se dirigindo aos seus pontos fixos de coleta. No trajeto até o local (seus pontos eram três condomínios muito próximos uns dos outros) ele foi coletando o que

encontrava. Chegando ao primeiro dos prédios, estacionou estrategicamente o carrinho de tal maneira que visitou os três pontos sem ter que movimentá-lo de um local para o outro. Após arrumar a carga afirmou que poderia voltar para casa (já passava das 18 h.) pois sua carga já tinha sido completada. Caso contrário, teria ainda que ir até o centro da cidade, o que resultaria em, pelo menos, mais duas horas de caminhada, puxando o carrinho já carregado (ainda que não com o volume “ideal”). Assim como o Miltom, mais onze dos nossos entrevistados afirmaram ter pelo menos um ponto de coleta.

Tanto aqueles que já têm pontos fixos de coleta quanto aqueles que não dispõem desta vantagem, todos afirmaram estar cada vez mais difícil estabelecê-los. De uma maneira geral, apontaram dois grandes motivos para tal dificuldade. Inicialmente a justificativa se dava por conta de um elevado número de catadores de papel nas ruas da cidade. Os entrevistados indicaram que a elevação do número de catadores se dava, principalmente, em função do crescente desemprego que se verificava no mercado de trabalho, tomando como referencial eles próprios, pois, se houvesse oportunidade de trabalho para eles próprios, não estariam exercendo essa atividade. O outro argumento foi que muitos locais que antes eram pontos de catadores passaram a ser pontos de aparistas. Tal fato se verificava principalmente entre grandes pontos comerciais e agências bancárias, os quais realizavam a venda direto com aparistas que iam até o local e retiravam o material com veículos automotores (peruas, caminhonetes, caminhões). Silvio, um de nossos entrevistados, comentou que era comum ver carros de passeio abarrotados de papelão chegarem nos depósitos da Vila Pinto para venderem o que, para as lojas, já foi tido como “lixo”.

Pedimos a todos os entrevistados que nos contassem como se dá o estabelecimento do ponto fixo de coleta. Foi unânime a seguinte explicação: o catador andava, com o seu carrinho, atento às lojas, portarias de condomínios etc., com a esperança de que alguém lhe chamasse para retirar algum material. Se tivessem a sorte de que isso de fato acontecesse, então poderiam solicitar a guarda de material reciclável, com a condição de passarem no local com regularidade. Como indicamos acima, a depender dos potenciais pontos fixos de coleta, o contato e estabelecimento de um “contrato” entre as partes ocorria com pouca frequência.

Dependendo do tipo de estabelecimento que é o ponto fixo de coleta, ter um significa, principalmente, menor percurso percorrido, mas não, necessariamente, que o trabalho será menos árduo. Principalmente aqueles catadores que tinham condomínios residenciais como ponto fixo de coleta, não deixavam de ter que abrir os sacos de lixo dos tambores. Mesmo que os moradores do condomínio fizessem a separação do lixo orgânico daquele que era reciclável, acabava-se misturando os sacos e sacolas nos mesmos tambores. Além disso, abrir todas as sacolas ampliava a possibilidade de angariar mais material e também podia adiantar o trabalho de separação do material para o enfardamento no depósito.

No caso daqueles catadores que não detinham pontos de coleta, eles coletavam o que encontravam nas ruas, o que ganhavam esporadicamente (quando estavam passando e eram chamados para retirar/receber algum material) e aquele material retirado dos sacos de lixo, independentes se eram destinados à coleta seletiva de lixo ou não. Muitos dos catadores invariavelmente abriam todos os sacos de lixo que encontravam no trajeto que percorriam.

1.6 – Rede de Solidariedade

Com o que dissemos até agora sobre nossos entrevistados, podemos afirmar que a condição na qual vivem é bastante precária. Na grande maioria dos casos, este trabalho com a coleta e venda de materiais recicláveis lhes possibilita apenas a subsistência. Todavia, esta subsistência conta também com a ajuda de terceiros, pessoas que eventualmente doam coisas aos catadores de papel, em alguns casos esporadicamente, e em outros casos, permanentemente. Sobre estes últimos, podemos supor que se estabelece algum tipo de relação que pode ir além de um ato filantrópico.

A respeito da filantropia presente em grandes cidades, vários de nossos entrevistados mencionaram alguns locais públicos (praças principalmente), nos quais era realizada distribuição de comida preparada ou lanches (*“boca de rango”*), normalmente no início da noite, sendo que eventualmente havia relações com grupos religiosos. Também havia situações nas quais outras pessoas lhes distribuíam pães e leite durante o dia, como tivemos a

oportunidade de presenciar. Além destas iniciativas, também há o aparato estatal de assistência social.

Do grupo de pessoas que entrevistamos, doze declaram que ganharam coisas enquanto estavam transitando pelas ruas da cidade trabalhando. Entre estes, havia aqueles que sempre ganhavam algo, principalmente gêneros alimentícios, em determinados lugares; e outros que recebiam aleatoriamente as doações. Israel e Ondina afirmaram que, mensalmente, ganhavam uma cesta básica cada um. Ele recebia esta ajuda em um de seus pontos fixos de coleta. Ela afirmou que recebia a cesta básica de uma igreja que lhe deu acolhida e ajudou no longo tratamento médico de seu filho, que nasceu com grandes complicações. No caso de Israel, a cesta básica não era a única doação que recebia. Nas manhãs de segundas, quartas e sextas-feiras ele percorria um bairro residencial, onde detinha alguns pontos fixos de coleta, nos quais eventualmente ganhava gêneros alimentícios, roupas e calçados usados. Em outro caso, um dos filhos de Adão tinha um “padrinho” em um açougue que, sempre que o menino passa pelo estabelecimento, ganhava porções de carne bovina. O próprio Adão ganhava o almoço em um restaurante. Enquanto entrevistávamos Miltom, uma senhora se aproximou e lhe entregou uma sacola com comida pronta. Ele explicou que se tratava de uma moradora do prédio, seu ponto fixo de coleta, e que, pelo menos uma vez por mês a cena se repetia. Poucos instantes depois disso, um automóvel estacionou do lado do carrinho de Miltom. Outra senhora desceu e lhe entregou algumas sacolas que, segundo a doadora, continha roupas e algumas almofadas. Jacinto e Verônica também relataram que ganhavam gêneros alimentícios.

Para além das doações, ouvimos de nossos entrevistados algumas menções de objetos encontrados no lixo enquanto garimpavam o que lhes interessava de pronto, materiais recicláveis. Foram indicados que, entre outros, já encontraram roupas, calçados e demais objetos que podiam ser reaproveitados para uso próprio ou para vendê-los. Silvio, por exemplo, disse ter encontrado um rádio toca-fitas que tinha um pequeno defeito, o qual, após passar por uma pequena reforma, passou a funcionar muito bem. Durante as entrevistas, sempre pedimos que as pessoas falassem se, no seu julgamento, havia algo de bom na atividade. Para este pedido, várias pessoas afirmaram que uma coisa boa é que ganhavam ou achavam coisas que

poderiam (re)utilizar – e que, em alguma medida, lhes desonerava a escassa renda – sendo que isso sempre foi muito bem vindo.

Essas relações de ajuda revelam , por um lado, uma situação perversa em que a remuneração pelo trabalho não é suficiente para lhes prover um sustento digno, ao ponto de terem que levar em conta o fato de que, se não receberem as doações, talvez passem necessidades. E, sob outro ponto de vista, desvenda uma ‘rede social’, na qual há pessoas que, de uma maneira ou de outra, são sensíveis à condição dos trabalhadores em questão.

Essa sensibilidade de pessoas que estão direta ou indiretamente no entorno dos trabalhadores que exercem a coleta e venda de materiais recicláveis se revelou nas doações de roupas e calçados usados e de gêneros alimentícios, mas também em um cuidar, zelar pelo outro. Foi durante a entrevista de Nazaré que pudemos perceber tal atitude. Primeiro foi um rapaz (“guardador de carros”) que gentilmente lhe chamou a atenção para riscos que um de seus filhos poderia estar exposto. Não pareceu que se conheci- am pessoalmente, mas ela sempre passava naquele local, aproximadamente no mesmo horário. A segunda situação foi a recepção amistosa e solícita do porteiro do prédio comercial que era um ponto fixo de coleta da Nazaré, oferecendo para ela café e para sua filha e balas e bombons. Em outro dia a encontramos na mesma praça, e ocorreu uma terceira situação que nos chamou a atenção novamente. Nesta ocasião a Nazaré propriamente não nos viu, entretanto a sua filha sim e veio conversar conosco. Neste momento percebemos que éramos observados atentamente por um homem postado na entrada de um condomínio comercial (imaginamos que fosse porteiro do local). A atitude deste homem era de atenção e inquietude pois a mãe da menina ia distanciando-se; indicamos para menina que a mãe estava indo e nos despedimos, sendo acompanhados pelo olhar do homem da portaria.

IV –MODOS DE "ESTAR" E "SER" CATADOR

1- Modos de "estar"catador

Na seção anterior nos detivemos na apresentação do grupo de entrevistados, utilizando alguns casos isolados para ilustrar categorias gerais do grupo. A análise das entrevistas propiciou a identificação de semelhanças de situações vividas pelas pessoas com quem conversamos durante nosso trabalho de campo, o que possibilitou a conformação de sub-grupos. Entre as semelhanças apresentadas, destacamos aquelas que diziam respeito a postura destes trabalhadores frente ao exercício da atividade de coleta e venda de materiais recicláveis. A partir das semelhanças de posturas identificadas, conformaram-se os seguintes sub-grupos:

- a) De trabalhadores que assumiam a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis como profissão;
- b) De casos nos quais havia clara visão empresarial da atividade, com vistas à potencialização de um determinado investimento (estabelecimento de um depósito de papel e compra de carrinhos);
- c) De trabalhadores que assumiam a atividade como fonte de renda principal em momentos de desemprego, estabelecendo uma intermitência entre o mercado formal e informal de trabalho;
- d) Casos nos quais o desemprego levou ao exercício da atividade enquanto primeiro emprego; e
- e) De trabalhadores que viveram situações nas quais ocuparam um determinado posto no mercado formal de trabalho, mas aí encontraram-se numa condição de exploração e violação de seus direitos trabalhistas.

Para melhor desenhar cada um desses sub-grupos procederemos a apresentação de casos que expressam estas características de maneira mais exuberante.

1.1 – O catador "profissional"

O primeiro diz respeito ao trabalhador que adotava a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis como a sua profissão, sendo que esta atividade garantia os proventos que lhe eram necessários para a manutenção familiar. O caso de Durval é exemplar desse modo de exercer a atividade.

O entrevistado era natural de Foz do Iguaçu, sudoeste do Paraná, vindo da zona rural para a cidade de Curitiba. Sua idade não foi esclarecida, mas se aproximava dos 50 anos de idade. Era casado, tinha 4 filhos, dois quais dois moravam com ele e os outros dois eram casados. Todos os filhos do Durval completaram o segundo grau, ao passo que o próprio somente assinava seu nome.

Foi para a capital paranaense porque não vinha tendo compensação financeira pelo seu trabalho na agricultura em Foz do Iguaçu. Ele trabalhava em terras arrendadas. Nos “contratos” de arrendamento previa-se o pagamento de 50% do lucro bruto que uma safra viesse a dar, o que significa que, com a metade do valor apurado, Durval tinha que arcar com todos os custos da plantação (considerando as intempéries climáticas e a possibilidade de ocorrência de pragas). Por conta dessa instabilidade resolveu ir com sua família para Curitiba. Chegando na capital passou a trabalhar como servente construção civil. Em sua percepção o trabalho registrado pagava muito pouco:

“(...) é que daí, de servente, não dava pra tratar da família, que o ordenado era muito pouco né cara, então parti pra esse ramo [coleta e venda de materiais recicláveis] e estamos aí (...) é difícil ... porque com salário que está não dá ... é difícil ... é o único jeito né que pessoa que trabalha de empregado hoje em dia ... malemal prá comer e olha lá ... que se ele paga aluguel, não faz nem pra pagar o aluguel (...) é que o salário era muito baixo né cara. A gente tem família então não dava pra sustentar a família e os filhos ... daí que eu comecei a mexer com papel, daí deu mais. Eu consegui comprar carro, comprar terreno, pagar a COHAB ... isso depois que eu comecei a catar papel, que antes não dava né, antes era muito difícil . ”

Durval exercia a atividade há mais de 20 anos sem qualquer dependência de depósito, sempre vendendo o seu material para aparistas. Quando veio para Curitiba, passou a morar na Vila Pinto, onde participou de uma “*invasão*” urbana.

Com certo entusiasmo, creditava seus bens a seu trabalho com a coleta e venda de materiais recicláveis. Este entusiasmo se traduzia por uma satisfação com o que o exercício da atividade lhe proporcionava seja na manutenção da sua família, seja nas relações que mantém, principalmente, nos pontos fixos de coleta. Tivemos a oportunidade de presenciar a desenvoltura e liberdade de que o entrevistado gozava em um dos seus pontos fixos de coleta. Tinha alguma intimidade com a maioria dos funcionários da loja sendo normal brincadeiras entre eles. Além da liberdade de transitar livremente entre os clientes da loja, também podia ir ao setor de estoque para retirar o material que lhe era destinado. Comentou que, em dias de maior movimento de clientes no interior da loja, ajudava na reposição de produtos das prateleiras trazendo caixas de produtos da área do estoque para os repositores da loja.

Tivemos o primeiro contato com Durval na ocasião de nossa participação no POCPC/FAS. Naquela época (1995) Durval tinha vários pontos fixos de coleta na principal rua comercial do centro da cidade, o calçadão da rua XV de Novembro, o que lhe garantia sempre grandes cargas de papel e papelão. Na ocasião da entrevista havia perdido alguns desses pontos mas manteve outros. Um desses pontos fixos de coleta, local onde nos encontramos, correspondia a boa parte de sua carga diária. Talvez seja por tudo isso que o entrevistado dizia ser muito feliz com a atividade.

Durval, em período não identificado, abriu um depósito de papel, o qual teve vários trabalhadores lhe vendendo materiais recicláveis coletados nas ruas da capital paranaense. Apesar disso, não abriu mão de seus pontos fixos de coleta³⁹, o que fazia com que se ausentasse do depósito e tivesse a administração do estabelecimento levemente comprometida. Além disso, sofreu vários furtos de carrinhos de coleta, o que o desanimou para dar continuidade ao empreendimento.

³⁹ Durval explicou que o estabelecimento de alguns de seus pontos fixos se deveu a uma negociação pessoal com os proprietários das lojas nas quais retirava material reciclável e, por uma relação de confiança estabelecida, não repassava a outro trabalhador, mesmo que este outro trabalhasse no seu depósito.

A preferência de Durval em zelar por seus pontos fixos de coleta, não os deixando para administrar o seu depósito de papel, nos levou a pensar sobre um certo tipo de profissionalismo no exercício da atividade de coleta e venda de materiais recicláveis. Tal profissionalismo se revela no seu cuidado de manter seus pontos fixos, o que pode significar, dentro do possível, uma certa otimização do seu trabalho, buscando um rendimento máximo da coleta de materiais, sem ter que andar ‘caçando’ tais materiais pelas ruas da cidade.

Raul, outro entrevistado, assemelha-se ao Durval no que diz respeito a uma certa otimização da atividade exercida. Raul, aproximadamente 27 anos de idade, morava em depósito e trabalhava com carrinho do mesmo. Quando tinha aproximadamente 10 anos, morava em Cascavel (PR) e seu padrasto adoeceu e ficou permanentemente acamado. Teve que ajudar no orçamento da casa, pois somente o trabalho de sua mãe não era suficiente para o sustento da família (ele era o mais velho dos filhos homens de uma família com mais 5 irmãos – três irmãos e duas irmãs com mais idade que o entrevistado) então começou a vender sorvete e cachorro-quente.

Estudou até a 7ª série e, aos 14 anos casou-se, sendo que após isso, morou alguns meses com os seus pais. Quando nasceu seu primeiro filho foi trabalhar em uma fazenda. Iniciou cuidando de bois e cavalos, tornando-se ‘peão de boiadeiro’, domador de cavalos, e preparador de animais para exposições e leilões pecuários. Foi durante essa experiência na fazenda que teve o seu contrato de trabalho registrado. Desta fazenda, que não indicou exatamente sua localização, foi para Guarapuava (PR) e, então para Curitiba.

Estava em Curitiba fazia 9 anos, onde trabalhou como operário da construção civil e deixou esta ocupação há 6 anos para coletar e vender

materiais recicláveis. Dizia que o trabalho na construção civil exigia muito esforço físico e normalmente as jornadas de trabalho atingiam com frequência dez horas diárias. Por outro lado, a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis exigia menos esforço físico, com jornada de trabalho, em média, de sete horas diárias (das 17 às 24 hs.); trabalhava de segunda a sexta-feira e o nível de rendimento financeiro entre as duas atividades era próximo. Sob outro

ponto de vista, Raul ponderou que a coleta e venda de materiais recicláveis era uma atividade que não tinha qualquer reconhecimento social.

Tinha oito pontos fixos de coleta. O que nos chamou a atenção foi o fato de que todos seus pontos fixos de coleta estão em um curto itinerário para ir até o centro da cidade.

Fez referência à coleta seletiva como algo que prejudicou os trabalhadores que coletam e vendem materiais recicláveis, pois estaria tomando-lhes os melhores pontos fixos de coleta, os residenciais, embora não tenha explicitado se ele próprio foi prejudicado. Dizia gostar da atividade e que estava acostumado com o serviço, entretanto não expressou qualquer elogio. Comentou que o que o desagradava eram os coletores de materiais recicláveis que iam “*atravessar*” pontos fixos de coleta de outros, ou seja, tentar receber o material de determinado local que era ponto fixo de coleta de outro trabalhador.

Disse que só deixaria a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis se fosse para trabalhar em fazenda, “*mexer com animal*” que era um trabalho “*mais solto*”.

Tanto Raul como Durval (além de outros entrevistados não mencionados), preocupavam-se em fazer o trabalho de coleta “*direitinho*”. A qualificação do trabalho realizado compreendia uma gama de pequenas ações que podiam ser: estar sempre disponíveis a ajudar no que fosse preciso na realização de tarefas no ponto fixo de coleta; cuidar para não espalhar papéis/lixo durante o tempo que permanecessem no ponto; ajudar a colocar os tambores de lixo para o serviço público de coleta de lixo; na medida do possível, ser simpático; limpar o local após a seleção e coleta do material reciclável (aplicável tanto em ponto fixo de coleta quanto na rua). Pareceu-nos

que o trabalhar “*direitinho*” poderia ter uma estreita relação com um grande esforço para excluir qualquer possibilidade de serem mal vistos, de perderem o ponto por algo que fizessem errado ou que desagradasse as pessoas (lojistas, vendedores, porteiros, zeladores, condôminos, transeuntes), enfim, que lhes fossem desabonadores.

1.2 – O catador com "visão empresarial"

A seguir, abordaremos outro sub-grupo. Os fatores ‘complicadores’ na administração do depósito de papel enfrentados por Durval não foram considerados por outros entrevistados como o Gilmar ou Miltom, os quais se mostraram com uma postura ‘empresarial’ frente a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis.

Gilmar tinha 21 anos, era natural de Matos Costa (norte de Santa Catarina). Mudou-se para Tijucas do Sul (PR) e, então foi para Curitiba. Em Tijucas do Sul, de onde saiu faz 8 anos, trabalhava no campo; disse que o seu ganho era quase o mesmo que vinha tendo na ocasião da entrevista. Quando veio à capital, parentes seus já moravam na cidade e alguns exerciam a atividade de coleta de papel. Desde que chegou à cidade trabalhou em jardinagem, como pintor de residências e na coleta e venda de materiais recicláveis, com alguma simultaneidade nas atividades nos dois primeiros anos (jardinagem e coleta de materiais recicláveis, pintura e coleta de materiais recicláveis). As duas primeiras atividades foram dando lugar a última (coleta e venda de materiais recicláveis) na medida em que não conseguia vender seus serviços e o número de clientes atendidos foi diminuindo. Enquanto não aparecesse outra oportunidade de trabalho, continuava na coleta e venda de materiais recicláveis, embora trabalhasse há seis anos exclusivamente nesta atividade.

Foi casado e deste casamento nasceu seu único filho. Nesta época, morava com sua família em depósito de papel e sua esposa trabalhava como empregada doméstica. Em função de um orçamento familiar não dependente

somente da coleta e venda de materiais recicláveis tiveram condições de sair do depósito e alugar uma casa. Explicou:

“(...) Mas também tinha minhas correrias⁴⁰, que não precisava tanto de depósito. Mas tem gente que não tem a correria de ... Só que daí já tinha

⁴⁰ Entendemos que as “*correrias*” tratavam-se de permanentes pesquisas sobre melhores preços daquele material que coletava mas não era vendido no depósito no qual morava e recuperação para venda de objetos encontrados no lixo.

eu e minha mulher que trabalhava também né ... (...) aí já ... tipo eu trabalhava na rua, ela trabalhava [como] empregada [doméstica], a gente já se ajudava. Tipo ela fazia uma compra eu juntava um pouco de dinheiro, ela juntava um pouco, eu fazia as compras e assim vai se ajeitando .(...)"

Ele comentou que as condições de moradia nos depósitos que morou (não especificou quantos, mas indicou que morou em mais de um depósito) invariavelmente apresentavam pouca liberdade e privacidade, além do fato de que sempre havia muito barulho produzido pelos demais moradores, seja no exercício do trabalho ou nos momentos de lazer. Além desses problemas, Gilmar indicou outro agravante a já precária condição de morador de depósito de papel: os valores recebidos pelo material trazido das ruas. Comentando sobre os trabalhadores que permanecem longos períodos como moradores de depósitos de papel, argumentou:

"(...) é porque, tipo eles começam a morar num depósito, daí o patrão trata eles bem ... puxar um pouco o saco deles, daí eles acham que o patrão está sendo bonzinho. Eles não vêem esse lado que o patrão ganha mais do que eles, que, o que eles trazem da rua, eles podem ganhar sozinhos. O cara está ganhando nas costas deles, tipo eles ganha tipo por semana, trabalhando em depósito, tipo a faixa de 30, 40 reais né. Aí eles fazem vale [adiantamento do pagamento] no meio de semana, daí chega o final de semana já não sobra nada, fazem mais um vale com o patrão. Então ele já entra

a semana devendo. Nunca tem como eles ajuntar um dinheiro pra [sair da dependência do depósito enquanto moradia] . Então eles sempre estão procurando um quarto, qualquer pecinha pra eles já está bom. (...)"

Após ter saído do depósito, passou a colocar o material coletado em casa e a vendê-lo para aparistas. Em dado momento, o casal separou-se e a guarda da criança ficou com a mãe que foi morar em outro lugar.

Gilmar apontou que, na atividade de coleta e venda de materiais recicláveis, o que mais o desagradou foi a implantação do serviço de coleta

seletiva de lixo, indicando que com esse serviço da prefeitura municipal o volume de material disponível diminuiu. Além disso, dizia que tinha que aguentar desaforos no trânsito e discriminação por mexer no lixo.

Se houvesse a possibilidade de alugar um terreno maior, gostaria de montar um depósito e “contratar” pessoas que trabalhariam para ele:

“(...) é .. no caso de alugar um terreno maior do que eu já moro, né, pra poder também fazer uns quarto, né. Fazer como os cara fazem né (risos), eles sabem ganhar dinheiro. Tem que aprender a fazer que nem eles ... e pegar gente pra trabalhar pra mim, né; daí não precisa mais eu vir pra rua, né. Daí eles vem no meu lugar, né, eu ganho a mesma coisa que eu ganho agora ... daí eles trabalham pra mim e eu posso ficar só em casa (...).”

Sobre trabalhos com carteira de trabalho registrada, afirmava que suas qualificações não eram compatíveis com as exigências feitas pelo mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito à escolaridade, pois ele pôde estudar até a 4^a série e, normalmente, a solicitação é 2^o grau completo.

Não tinha nenhum ponto fixo de coleta. Explicou que em muitos lugares, principalmente condomínios residenciais, o que era posto para a coleta continha muito material que não interessaria aos catadores, como isopor, latas de aço, vidro, plásticos (sacolas de supermercado), entre outros. Explicou que

esses materiais ou não tinham comprador, ou o valor recebido era muito baixo, o que somente faria volume no carrinho de papel.

O outro caso é o de Miltom. Tinha 25 anos, nasceu em Agudos do Sul (PR), mudou para Quitandinha (PR) e Piên (PR), região metropolitana de Curitiba, antes de ir para a capital. Começou a trabalhar cedo, entre 7 e 10 anos de idade, com o seu pai na agricultura, em roçados de terceiros. Seu primeiro trabalho foi em plantações de fumo e depois em uma fábrica de móveis. É casado, tem uma filha, mora em depósito e trabalha com carrinho do mesmo, há pelo menos 3 anos.

Quando ele chegou a Curitiba seu irmão já exercia a atividade. O entrevistado e seu irmão decidiram abrir depósito. Cada um trabalhava com o

seu próprio carrinho de coleta de materiais reciclável e, para montar o depósito, alugaram um terreno. Eles não tiveram condições de comprar mais carrinhos, além daqueles que já tinham. No entanto, com dois carrinhos não era possível angariar material suficiente para garantir o lucro esperado, pois tinham gastos elevados com aluguel do espaço e mais as contas de água e luz, como ele próprio explicou:

“(...) eu tive [carrinho de coleta] uma vez só que daí, aí eu co meu irmão, né. A gente tinha alugado um depósito, né ... nós toquemo 4 meses, 4 meses nós toquemo o depósito. Só que daí nós não podia compra mais carrinho, né ... se nós pudesse compra mais (...) pegava carrinhero pra puxar pra gente, né ... só que daí nós tava pagando aluguel tudo, né não dava lucro, né ... ganhava menos do que ganho agora. Pagava aluguel, luz e água, né ... daí já gastava mais ... daí a nós fazia estoque de papel, por mês, mandava por mês caminhão daí. Quando desse uma carga de caminhão daí mandava ... é que recebia [o pagamento pelo material vendido], agora eu recebo por semana, né. Recebia no mês acho que saia mesma coisa [que agora], acho que menos ainda, né ... Que ali [no depósito] eu não pago aluguel nem luz e nem água, né ... mas se eu, lá eu tenho que paga tudo, né, se eu aluga um depósito, né. Por exemplo, se ele [o depósito] tivesse 5 a 8 assim carrinho que puxasse, né, daí dá uma

carga por semana, né.... daí ele dá lucro ... assim pra gente paga aluguel com um ou dois carrinho né, daí não, fica difícil, né ...”

A condição para que tivessem ganhos financeiros maiores do que aqueles que vinham tendo era aumentar o volume de material comercializado. Isso seria possível se pudessem aumentar o número de carrinhos para coleta disponíveis. Deste modo, poderiam ‘contratar’ trabalhadores que coletassem materiais recicláveis com os carrinhos disponibilizados pelo depósito e que lhes vendessem o material, aumentando o volume de material para revenda (ganho em escala).

Após quatro meses da abertura do depósito de papel, diante da não possibilidade de comprar mais carrinhos para coleta, e de estarem tendo um

retorno financeiro quase igual ou menor ao que recebiam quando eram moradores de depósito de papel, resolveram vender os dois carrinhos que tinham e voltaram à condição de moradores de depósito.

Comentou que não gostava da atividade, principalmente, quando chovia e quando encontrava pouco papel. A respeito de outras possibilidades de trabalho, gostaria de exercer outra atividade, mas não tem tido tempo para procurar.

Sob outra perspectiva, a favor da atividade, fez um elogio à “liberdade” que desfrutava não tendo um chefe que lhe dissesse o que fazer, embora reconhecesse que *“não dá pra ganhar o que a gente espera que dá”*.

Miltom também fez menção às coisas que ganhava/achava enquanto fazia suas triagens, relatando que, quando ganhava gêneros alimentícios, o que ocorria com certa frequência, tinha aí uma economia financeira significativa quando ia no fim de semana ao supermercado ‘abastecer’ sua despesa.

Relatou que viveu em um depósito, nos seus 2 primeiros anos de atividade, sendo que o dono do depósito ameaçava de mandar embora quem não trouxesse da rua um volume mínimo de material.

A trajetória de trabalho descrita por Miltom nos chamou a atenção: trabalhava na roça; foi da zona rural para o perímetro urbano do município onde morava e conseguiu emprego em uma fábrica de móveis; mudou-se para Curitiba e exerceu a atividade de coleta de materiais recicláveis; voltou para a cidade de onde veio e trabalhou como vigia noturno. Neste posto de trabalho o entrevistado teve sua carteira de trabalho registrada, entretanto avaliou que o salário (piso mínimo) que vinha recebendo não compensava a responsabilidade que o posto exigia e também não dava conta de seus gastos mensais. Diante disso, resolveu voltar a coletar e vender materiais recicláveis em Curitiba e morar em depósito de papel.

Apesar do entrevistado ter descrito alternâncias entre trabalho formal e informal, ficou patente para nós que o que levou Miltom a efetivar as mudanças de postos de trabalho era, em grande medida, a expectativa de melhoria na remuneração que vinha recebendo na atividade exercida. A partir do momento

em que se vislumbrava outra possibilidade que lhe parecesse oferecer melhor remuneração, então a mudança se justificava.

1.3 – Catar papel como "bico"

Em outro sub-grupo, os trabalhadores se colocavam frente à atividade de coleta e venda de materiais recicláveis considerando-a como uma atividade provisória, pois almejavam e buscavam um posto de trabalho no mercado formal de trabalho (seja pelas possibilidades de subsistência e sobrevivência, seja pelo que tal posto de trabalho possa representar simbolicamente). Esses trabalhadores descreveram um histórico de alternância entre a ocupação de postos de trabalho no mercado formal de trabalho e o exercício da atividade de coleta e venda de materiais recicláveis. Aqui, diferente do que verificamos no caso de Miltom, a ida para o trabalho informal se deu forçosamente, seja pela dispensa do trabalhador do posto que ocupava ou porque o trabalho acabou (como a finalização de uma obra de construção civil, p. ex.). Silvio, entre nossos entrevistados, é quem melhor exprime aqueles que estão forçosamente no mercado informal de trabalho, mas querem retornar ao

mercado formal, encarando a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis como passageira e como um “bico”.

O entrevistado era casado, tinha 6 filhos, 42 anos, casa e carrinho próprios. De origem rural, nasceu em São Pedro do Ivaí (PR). Seus pais moravam e trabalhavam em uma fazenda em Barbosa Ferraz (PR). Dizia ter começado a trabalhar aos 10 anos, na roça, capinando, em empreitadas para “*arrancar feijão, soja*”. Morou e trabalhou nessa fazenda até seus “16 pra 17”. A família toda mudou para Curitiba, onde já tinham parentes que moravam na cidade, mais propriamente na Vila Pinto. Um destes parentes residentes em Curitiba já trabalhava na coleta e venda de materiais recicláveis. Comentou que, na época que chegou na cidade, o valor pago pelo material reciclável coletado era melhor; dizia que o papel era “*bem baratinho*”, mas com maior poder de compra: “*dava pra comprar aqueles pãozões bengala [tipo baguete]*”.

Silvio já exerceu várias atividades como: operário da construção civil, guarda municipal, vigia, ajudante geral, jardineiro etc. Manteve a atividade de

coleta de materiais recicláveis em fases de desemprego ou como complementação da renda enquanto estava formalmente contratado. Saía nos fins de semana para coletar materiais recicláveis, principalmente quando faltava algum gênero alimentício na sua casa, “*uma mistura*”. Seu último emprego formal foi em uma grande obra de engenharia civil, como operário da construção civil, em Paranaguá (PR), a qual foi concluída, com a dispensa de todos os operários, faz 4 anos.

Informou que não tinha nenhum ponto fixo de coleta e que o seu itinerário era o mesmo do caminhão da coleta seletiva em alguns bairros. Porém, Silvio percorria o trajeto horas antes que o caminhão começasse a circular. Entre esse material sempre encontrava objetos que podia reutilizar como roupas, calçados e outros objetos (p. ex. rádios).

Ele comentou que estabelecer ponto fixo de coleta era difícil, em função do grande número de trabalhadores coletores de materiais recicláveis nas ruas. Indicava que essa concorrência se dava em função do grande desemprego, pois se não fosse isso, não teriam tantas pessoas nas ruas. “*Não*

tem... é um troço que se tivesse emprego aí, a pessoa ia atrás do emprego, não ia pegar o carrinho... né? É um meio de vida, pra viver, né?”

Indicou que um aspecto bom que a atividade tinha é que qualquer trabalhador pode vir a exercê-la, independentemente do grau de escolarização. Sob outro ponto de vista, quanto ao que a atividade tinha de ruim, apontou justamente para os riscos aos quais o trabalhador acabava se expondo, principalmente no trânsito. Seu maior temor era ser atropelado ou sofrer algum outro tipo de acidente que lhe impedisse de trabalhar. Se isso, por desventura, viesse a acontecer, significaria inevitável aprofundamento da precarização das condições de vida de sua família, visto que o entrevistado era o principal provedor, comentando:

“ (...) De ruim, disso aí [da atividade]? Eu vou falar o que sei, primeira coisa... primeira coisa, Deus me livre, que eu tenho muito medo, é de um carro bater na traseira do carrinho e as minhas duas pernas irem pro pau. É disso que eu tenho medo. E muito medo. Porque

geralmente, eu sou difícil de andar em asfalto, eu ando mais em cima da calçada. Porque, Deus meu livre! Tá louco! Porque geralmente se bate na traseira do carrinho , a primeira coisa que vai pro pau é isso aqui. [bate sobre as coxas] (...) Isso que é ruim, e agora? Numa altura dessas... qual é a força que o cara tem? Anh? Isso que é a parte ruim, a parte ruim é essa, não tem uma assistência, não tem nada. Deveria ter , né?(...)”

Comentando sobre remuneração do trabalho de coleta e venda de papel e comparando-a com a renda em trabalhos formais e registrados, Silvio informou, com certa convicção, que a coleta e venda de materiais recicláveis oferecia uma renda maior que o emprego formal. Mas isso era possível para quem detinha pontos fixos de coleta (o que garantia maior constância no volume de material coletado) e, além disso, tinha condições financeiras de

aguardar o acúmulo do volume mínimo de material coletado para poder comercializá-lo com aparistas.

Por sua vez, o entrevistado tinha que vender partes do material coletado para os depósitos da redondeza, à medida que se tornava necessário comprar, normalmente em pequenas porções, coisas para sua casa (“*conforme as coisas [gêneros alimentícios] vão acabando*”). Para evitar apuros financeiros, fazia um pequeno estoque para garantir o pagamento mensal de água e luz.

Contudo, ressaltou que o trabalho de jardinagem, que já exerceu, lhe foi ainda mais rentável que a coleta e venda de materiais recicláveis. Todavia, ponderou que era intermitente, pois nas estações mais frias as pessoas não contratavam serviços de jardinagem. Aprendeu tal atividade com um senhor que lhe contratava pelo dia de trabalho, tendo atuado por muito tempo nessa atividade, o que era alternado com a coleta e venda de materiais recicláveis em períodos de desemprego. Gostaria de voltar a trabalhar com jardinagem mas está sem máquina de cortar grama. A máquina que tinha estragou e não teve dinheiro para comprar outra. Ao relatar sobre a jardinagem, Silvio demonstrou

o mesmo entusiasmo que Durval quando falava sobre a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis.

Comentou que recebia ajuda de algumas pessoas que lhe doavam gêneros alimentícios, indicando que fazia grande diferença no orçamento. Dizia que se fosse comprar tudo o que consumiam, o dinheiro que recebia com a venda de materiais recicláveis não seria suficiente.

1.4 – Catador: a primeira atividade remunerada

Outro sub-grupo é aquele no qual os trabalhadores têm como primeira atividade remunerada a coleta de materiais recicláveis, sendo aqui expressado por Ezequiel. Trata-se de um rapaz de 17 anos que trabalhava na coleta e venda de materiais recicláveis havia poucos meses da ocasião que realizamos a entrevista. Ele disse que precisou trabalhar e, na falta de outras oportunidades, lançou mão da coleta e venda de materiais recicláveis, sendo este o seu primeiro trabalho. Era solteiro, morava em um depósito na Vila Pinto

e trabalhava com carrinho do depósito. De sua família, somente um primo e a esposa trabalhavam com coleta e venda de materiais recicláveis. Falou que quase não parava para descansar, trabalhando em quase todos os domingos. Nestes dias, revelou que trabalhava somente com o enfardamento do material coletado no sábado, para não iniciar seu trabalho na rua, na segunda-feira, com menos resistência, cansado.

Disse que uma coisa boa na atividade era que achava coisas que poderia vender ou usar. Por outro lado o que achava ruim era ter que revirar lixo para retirar o que lhe interessa. Não tinha pontos fixos de coleta. Não gostava da atividade e afirmava que não trabalharia sempre no ramo da reciclagem. Sobre trabalho afirmou:

“(...) é ... trabalho ... trabalho é ... trabalho, trabalho mesmo é você trabalhar no pesado, né. Que trabalhar em coisa leve assim sentado atrás de uma coisa não é trabalho, né ... (...) Pra mim trabalho é trabalhar pesado, assim em cima de construção, construção civil, é ... marcenaria, que se ferra um pouco ... (...) o negócio é que você tem

que fazer força, né. Porque não adianta ficar sentado atrás de uma cadeira, fraco, arriscado até de levar um tiro de um assaltante, tudo. Pelo menos, você tá trabalhando no pesado, não tem nada disso, né. (...).”

Sobre o depósito, segundo ele uma vantagem de morar lá era que não tinha gastos com aluguel, contas de luz e água etc.

A breve menção ao Ezequiel se deu em função de a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis ser a sua primeira ‘atividade remunerada’ e ao significado atribuído ao que é trabalho.

1.5 – Catador de papel: última alternativa

Entre nossos entrevistados, identificamos situações nas quais os trabalhadores ocuparam determinados postos no mercado de trabalho, e aí viveram condições de exploração e violação de seus direitos trabalhistas, antes de virem a exercer a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis. Tal situação conforma o último sub-grupo. Os casos de Nazaré e Lucas são exemplares dessa situação.

Nazaré tinha 25 anos. Nasceu em Canoinhas (SC), onde morou até seus 17 anos. Começou a trabalhar aos 9 anos de idade como empregada doméstica, por uma imposição de sua mãe. Nesses trabalhos sempre pernoitava nas casas de seus contratantes, o que lhe dava a certeza de que foi “*criada pelos outros*”, nitidamente magoada com a situação.

Aos 17 anos resolveu mudar para Curitiba, onde continuou trabalhando como empregada doméstica. Casou-se com um rapaz que foi operário da construção civil. Teve sua primeira filha e, por conta desse fato, perdeu o emprego: não havia com quem deixar a criança e nem possibilidade de deixá-la em creche (as creches públicas estavam lotadas e Nazaré não tinha condições

de pagar creches particulares). Quando sua filha tinha quase dois anos, Nazaré teve seu segundo filho, sendo que, pouco antes do segundo nascimento, seu marido ficou desempregado. Após curto período de busca por emprego ele passou a coletar e vender de materiais recicláveis e, diante dessa situação, foram morar em um depósito da Vila Pinto fazia dois anos. Havia seis meses (na época da entrevista), Nazaré também passou a coletar e vender materiais. Ambos trabalhavam com carrinhos do depósito, vendiam e recebiam juntos (entre R\$ 150,00 a R\$190,00 por quinzena).

Na labuta da coleta de materiais recicláveis nas ruas, Nazaré sempre levava consigo seus filhos, pois as dificuldades com creches se mantinham. A filha mais velha ia acompanhando ao lado de Nazaré ou sozinha na calçada quando sua mãe era obrigada a transitar com o carrinho na rua. Seu filho, que ainda não andava, ia sentado em uma cadeirinha (como cadeiras adaptadas no guidão de bicicletas, para colocar crianças).

Dizia gostar da atividade, mas sentia pelo fato de ter que levar seus filhos juntos, pois “*judia*”⁴¹ demais das crianças. Como contraponto, não gostava de enfardar o material e nem amarrar a carga pois tinha pouca força nos braços e os fardos de papel sempre ficavam muito frouxos, assim como a carga do carrinho quando era necessário amarrá-la. A principal dificuldade no início do exercício da atividade era a não familiaridade com as ruas e um medo de não encontrar material reciclável que pudesse coletar.

Tinha um ponto, no qual ia uma vez por semana, e outro no qual a coleta era diária. Ela conseguiu estabelecer o primeiro ponto passando em frente da loja diariamente, até que foi chamada para retirar o material. Antes do seu contato com este estabelecimento comercial, o material era dado para outro catador. Tal catador, porém, perdeu o ponto de coleta por ter deixado de retirar o material. Então, o comerciante passou a guardar o material para Nazaré.

⁴¹ Queria dizer que é muito penoso, muito desgastante fisicamente. Como realizamos a entrevista acompanhando parte do seu trabalho de coleta e retorno para o depósito (já era próximo das 22 h.) vimos a menina, extenuada e com muito sono, pedir mais de uma vez para que a mãe colocasse no carrinho entre o material coletado pois estava muito cansada. A entrevistada lhe negava e nos falou que fazia deste modo para que pudesse alimentá-la, dar-lhe banho e então pô-la para dormir. Caso cedesse ela dormiria no carrinho e acordá-la seria muito difícil, mesmo para comer.

Dizia que, rotineiramente, trabalhava pela manhã na triagem do material coletado no dia anterior até a hora do almoço e o seu marido fazia o

enfardamento. Uma vez acabada a triagem e enfardamento, preparava o almoço, arrumava a casa e saía com as crianças para a coleta de papel nas ruas da cidade. Os domingos eram reservados para limpeza da casa e lavagem de roupas. Revelou que a quantidade de roupas era grande, pois as crianças sujavam muito a roupa, principalmente o pequeno. Comentou também que ganha roupas com certa frequência, principalmente para o filho menor.

Lucas, outro caso, tinha 37 anos, era natural de Curitiba e catador de papel desde os 13 anos. Entretanto, também exerceu outras atividades paralelamente. Não disse exatamente quando, mas informou que mudou de cidade uma vez, tendo ido morar e trabalhar como ajudante geral em Londrina

(PR), onde permaneceu aproximadamente 6 meses, retornando em seguida para a capital do estado. Foi casado, teve 9 filhos, mas, por questões conjugais, separou-se da esposa, havia 6 anos, e saiu de casa (própria), deixando-a para sua ex-esposa e filhos. Na época da pesquisa morava em depósito.

Relatou ter exercido outras atividades, em empregos nos quais teve sua carteira de trabalho registrada, mas não deixava de sair para a rua para coletar papel após seu expediente de trabalho ‘formal’. Trazia o carrinho carregado com papel à noite e, no dia seguinte, quando voltava à coleta de materiais recicláveis, o carrinho já se encontrava vazio, trabalho realizado por seus filhos mais velhos.

Os empregos formais de Lucas foram: operários na construção civil, coletor de lixo (em três empresas diferentes), gari e ajudante geral. Enquanto trabalhos informais, além da coleta e venda de materiais recicláveis, também foi vendedor ambulante de sorvetes (período no qual deixou de coletar papel).

Na última empresa de limpeza urbana que trabalhou⁴², em meados da década de 90, sofreu um acidente de trabalho: “(...) *aí eu fui pegar um pacote*

⁴² Informou que era contratado de uma empresa de “recursos humanos” da cidade de São Paulo, e prestava serviço na empresa de coleta de lixo, contratada pela prefeitura municipal.

de lavagem, aí o pacote vazou e eu se escorreguei e acabei machucando o joelho (...).”

Apesar do entrevistado não ter explicado o grau dos ferimentos tidos no acidente mencionado, podemos considerar que foram graves pois obteve afastamento por 3 ou 4 meses e quando voltou, o “*enrolaram*” indicando que ele teria que dar baixa na carteira de trabalho (o que provavelmente significou um pedido de demissão) e que, assim, iriam registrá-lo novamente. Ele deu baixa em sua carteira de trabalho e quando voltou afirmaram que ele já não era mais funcionário e que não tinha mais vagas para nova contratação. Afirmou que retiveram os documentos sobre o acidente que sofreu e que este foi o seu último ‘emprego formal’. Dizia que foi “*enrolado*” no processo de

demissão em outras duas situações anteriores, de forma muito parecida, embora não tivesse sofrido outros acidentes de trabalho.

Lucas afirmou que, para resolver as pendências trabalhistas, precisaria de sua cédula de identidade, que perdeu, e de dinheiro para dar entrada no seu processo reclamando seus direitos, sendo que não tem recursos para isso.

Disse que o que não gostava no trabalho de catador eram os desaforos que acabava ouvindo no exercício da atividade, indicando, principalmente, situações ocorridas no trânsito.

Consideramos relevante pontuar que tanto o caso de Lucas como o de Nazaré denunciam não só a precariedade de condições de trabalho existente no mercado informal, mas também a fragilidade e dificuldade de garantia dos direitos trabalhistas no mercado formal de trabalho. Ambos apontam para a problemática relativa à opressão, humilhação e exploração sofridas por quem vive na periferia, problemática esta que perpassa o fato de estarem no mercado formal ou/e informal de trabalho.

2 – Modos de "ser" catador

Nesta parte do texto, abordaremos modos como os catadores se situam na atividade sob a perspectiva de dois pontos de vista identificados nas entrevistas concedidas pelos catadores e no diário de campo, os quais são: o ponto de vista dos próprios trabalhadores sobre a atividade que exercem e o ponto de vista de quem não é catador (a população em geral, os moradores da cidade) sobre aquele que exerce a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis, na opinião dos nossos entrevistados.

2.1 – Ponto de vista dos outros

Iniciaremos nossa exposição pelo segundo ponto de vista: o modo como os catadores se vêm percebidos pela população em geral. Verificamos que a idéia conformada (por não catadores) a respeito dos trabalhadores que atuam na atividade tem, em si, um sentido pejorativo, negativo. É uma idéia composta por visões sobre, entre outros, a rua e o lixo.

2.1.1 – O espaço da rua

Como em qualquer cidade grande, as ruas centrais congregam um sem número de estabelecimentos comerciais e de serviços. O trânsito de veículos é intenso e as pessoas andam apressadas. Assim, a rua é um espaço público, de trânsito (de pessoas e produtos), e também pode ser apropriado como espaço de trabalho. Além de catadores de papel, nas ruas centrais de Curitiba encontramos outras pessoas que utilizam a rua como fazendo parte do seu trabalho: camelôs, vendedores ambulantes (de bilhetes da loteria federal, salgadinhos, cartões telefônicos e outros objetos), artistas (que depois de seus *shows* solicitam ao seu público doações em dinheiro), prostitutas, lavadores de carros, “guardadores de carros”. Também é espaço freqüentado por ladrões e traficantes de entorpecentes.

O catador e seu carrinho de coleta são apenas tolerados nas ruas e calçadas. Normalmente o seu deslocamento se faz de forma delicada. Se o catador anda com seu carrinho na mesma velocidade das pessoas, uma eventual parada a fim de pegar algum material que encontre “*atrapalha*” o fluxo e obriga desvios repentinos por parte dos transeuntes. Se o catador anda vagorosamente, “*emperra*” o fluxo. Se ele anda na rua, mesmo que seja o mais próximo possível do meio fio, o perigo é ainda maior, pois obriga os veículos a diminuírem a velocidade, uma vez que o volume de veículos é grande e nem sempre é possível mudar rapidamente de faixa de rolagem nas vias para desviar do carrinho com papel. Assim, o catador se vê permanentemente hostilizado por sua presença incômoda aos outros.

Lucas, um de nossos entrevistados comentou:

“(...) ah... tem vezes que leva muito desaforo, né E a gente não pode fazer nada. Eles [os pedestres] ... não gostam muito... sempre o carrinheiro é prejudicado. Se ele está indo na rua, o carro buzina, sobe na calçada, os pedestres ...falam que o carrinho é na rua ... e na rua os carros começam a buzinar. Então né, quer dizer, de um jeito ou de outro o carrinheiro ... é prejudicado. Então, né, se a gente for ligar para o que se passa é briga toda hora ... é que um quer ser melhor do que o outro [referindo-se aos carros que transitam pelas ruas]. (...)”

Raul, outro entrevistado, também falou a respeito:

“(...) Aí a gente já se injuria de andar naquele calçadão [da Rua XV de Novembro] lá, né? Andar ali naquele calçadão... Deus o livre... andar com o carrinho é uma bronca! Você tem que andar desviando daquela negada⁴³, em vez de eles abrirem o caminho pra gente ir,

⁴³ O entrevistado utiliza o termo “negada” para expressar a idéia genérica de um grande número de pessoas. Embora aqui possa conter algum preconceito racial dele, em outro momento da entrevista ele usou o termo novamente, mas sem qualquer traço de preconceito. Cabe informar que Raul é negro.

eles estão vendo que a gente está indo, eles ficam na frente. A gente já fica injuriado.(...)”

“(...) Só que esse é um serviço né que... ninguém enxerga... Que é um serviço que a gente está trabalhando... só mexe com lixo, né cara? Ninguém enxerga e ninguém dá valor.(...)”

Não bastasse o “não-espço” da cidade para o catador e seu carrinho de coleta, ainda há os olhares que o confundem com moradores de rua ou “marginais”, devido à aparência que muitos têm. Sua renda lhes obriga a fazer uso intenso das poucas roupas que têm, ou ainda daquelas que ganham ou encontram no lixo. Por mais que lavem as roupas (Carvalho, 1990), elas estarão sempre com aspecto de sujas por motivos óbvios: sempre são roupas bastante desgastadas e a atividade em si as suja (discorreremos sobre o lixo no ponto seguinte), afinal a manipulação do material, que não é limpo, e o acondicionamento deste no carrinho exigem algum esforço; e o ato de puxar o carrinho provoca muito suor, além de o catador não dispor de locais para, pelo menos, lavar as mãos, uma vez que o trabalho é, eminentemente, nas ruas.

No entanto, há o fato de que alguns catadores, mencionados por nossos entrevistados, agem de maneira a dar razão ao preconceito, como uma profecia que se confirma:

“(...) Eles [as pessoas não catadoras de papel] nem dão valor. Não estão nem aí, ...e no trânsito, os carros reclamam. Eles fecham o vidro porque pensam que é todo mundo igual. Não está certo. Por um lado, eu não sou contra eles que... ninguém tem escrito na testa se é ladrão ou não. Mas eu sou igual ao outro que... o de atrás queimou o cano [efetuou disparo com arma de fogo], então não dá pra eles saberem quem é que queima o cano e quem não tem [o cano – arma de fogo]. Se fecha o vidro pra um, fecha o vidro pra todos. Não adianta, dá tudo no mesmo. Eu, pra mim, tanto faz, estou com 51 anos já, graças a Deus, ...só que o nosso ganho não dá nada. Mixaria! (...) Humilhação! Uma que, tem uns também... Por causa disso, que, por causa de uns, todos pagam. Tem uns que, ao invés de eles catarem os papéis, eles cuidarem da parte deles...

eles param o carrinho e vão pedir pro cara no carro. É dinheiro, é cigarro e nessa parte... atrapalha os outros, eles olham pra nós e todos são iguais. Acham que [todo catador] vai pedir pra eles, então eles fecham os vidros... Aqui, eu ia subindo um dia, e aí veio o rapaz, olhou assim... e vi que esse rapaz não era boa gente. Mas eu não dou bola porque eu moro aqui [na favela], é tudo gente daqui, se tiver um bandido não é fácil... porque o cara anda armado a hora que quer... atiram a hora que querem, roubam cavalo [achamos que se refere a automóveis] e vendem cavalos no outro dia, também. Aí eu não dei bola, (...) pararam pra cima assim, chegaram num carro e pediram. Eles vão pedir dinheiro, daí acham que todo mundo vai pedir, eles [do carro] me viram ir, acharam que eu ia pedir também. Tem tudo isso. Então, não somos bem vistos porque tem uns certos elementos que não sabem andar.(...)” Uziel

E outra entrevistada:

“(...) Porque tem uma, muitos carrinheiro que roubam em loja (...) Pra eles [alguns lojistas] tudo, tudo são iguais. E a gente tenta explicar que não são todos, não é porque um errou que o outro também vai errar. E pra eles não, pra eles tudo... é carrinheiro, pra eles é tudo a mesma coisa. Não tem diferença nenhuma. Tudo farinha do mesmo saco. Eles pensam assim e não é! E não é assim. Não é! Não é porque um errou, que todos vão errar. “Nem vou te dar” [material acumulado]. Eles não estão nem aí com nada. Tanto faz. Tem uns que até vendem papel pra não dar. (...)” Ondina

Na nossa experiência de trabalho junto à Fundação de Ação Social (FAS)⁴⁴, tínhamos informações sobre a ocorrência de batidas policiais, nas quais os catadores eram parados na rua, revistados e obrigados a descarregar toda a carga que viessem a ter no carrinho para que os policiais pudessem verificar se havia ou não produto de furto ou roubo entre o material coletado (papéis, papelões e sacos de lixo). Quando alguns catadores passaram a circular nas ruas usando jaleco, boné e crachás, que identificavam a participação no POCPC/FAS, em situações de batidas policiais, eram dispensados da verificação da carga do carrinho de coleta. Como esses catadores de alguma maneira demonstravam manter uma vinculação institucional (com a FAS através do POCPC), tiveram facilidades, vantagens e melhor receptividade no contato com lojas, residências e também com a polícia, como mencionamos⁴⁵.

No nosso primeiro dia de campo registramos, em conversa cuja intenção era sinalizar nossa aproximação de um determinado grupo de catadores de papel⁴⁶, o consumo de um cigarro de maconha, além da informação que um catador, que não estava ali, traria drogas da favela para um lojista do centro da cidade. Deste modo, percebemos que há um “caldo” no qual se misturam pessoas que desenvolvem atividades que garantem alguma renda (catadores de papel, vendedores ambulantes etc.) de maneira lícita, com outras que podem estar fora de um registro de licitude.

Tanto Uziel quanto Ondina indicavam uma ambivalência, a qual contém a compreensão de que parte da discriminação que os catadores sofriam se justificava porque reconheciam que havia alguns catadores que, durante o

exercício da atividade de coleta, faziam coisas que não deveriam (na opinião dos entrevistados), como pedir, roubar ou “*esquentar o cano*”. Mas ao mesmo

⁴⁴ Trata-se de um projeto de organização dos catadores de papéis da cidade, como mencionado na Introdução desta dissertação.

⁴⁵ Uma das consequências diretas foi a ocorrência de roubos de jalecos (dos varais) e de carrinhos de coleta.

⁴⁶ Esta foi a primeira vez, desde que tivemos contato com catadores de papel em 1994, que presenciamos o uso de drogas ilícitas. Antes desta ocasião, tínhamos a informação de que havia catadores que faziam uso, mas nunca havíamos verificado o fato.

tempo, também falavam de uma injustiça decorrida da generalização a todos aqueles que exerciam a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis. Embora não haja clara indicação nestas e noutras falas a esse respeito, podemos supor que a discriminação sofrida não se circunscreve somente ao fato de ser um catador de papel, mas que o fato de ser um catador compõe um conjunto de fatores que levam à discriminação sofrida. Porém, não nos deteremos na reflexão a respeito desse conjunto de fatores, pois entendemos que essa reflexão foge ao escopo de nossa pesquisa.

2.2 – Os catadores de papel e o lixo

De uma maneira geral, os catadores de papéis coletam materiais que, para quem os dispensa, é lixo. Poderíamos nos alongar sobre diferentes significados de lixo que existem, em termos técnicos/sanitários e em termos simbólicos. Como não é nosso objetivo neste trabalho, tomaremos o lixo como aquilo que não se quer mais, resíduos e restos de coisas que são jogadas fora, entendendo que podem ser orgânicos (restos de comida) ou inorgânicos (rascunho de uma carta escrita a um ente querido, roupas velhas etc.).

Por conter material orgânico, o lixo também é o local onde as decomposições estão em andamento, fazendo-se presente o mau cheiro e líquidos asquerosos, que precisam ter uma destinação adequada, para que se evite contaminações e doenças.

O problema é que, mesmo para aqueles catadores que possuem pontos fixos de coleta, os trabalhadores sempre estão em contato com o lixo. Como já comentamos anteriormente, muitos catadores abrem sacos postos para o serviço público de coleta de lixo a fim de retirarem o que possa lhes interessar. É entre a sujeira que se encontra os materiais recicláveis, infelizmente igualmente sujos, que são retirados e acondicionados no carrinho (sujando o que ainda estiver limpo).

Mesmo aquele material que é separado para a coleta seletiva não é isento de sujeira, de restos de substâncias (e cheiros). Exemplificamos, mencionando o caso das latas de alumínio usadas como embalagem de bebidas (refrigerantes e cervejas). Quando jogadas fora, as “latinhas” sempre mantêm restos dos líquidos que continham, que poderão somar-se com os

restos de dezenas de outras “latinhas” coletadas quando postas em um mesmo saco plástico (prática muito comum), o que vai ocasionar sujeira e mau cheiro. Poderíamos mencionar também: as embalagens de alimentos tipo longa vida (leite, suco de frutas, molhos etc.); garrafas tipo *longneck* para cerveja; lixo de escritórios que sempre contém papel, mas também copos plástico de água e café eventualmente com restos desses líquidos, poeira de varrição e pontas de cigarro; e outras situações e produtos que potencialmente podem vir a aumentar a sujeira.

Deste modo, os catadores estão em contato direto com todos os tipos de materiais que podem ser encontradas no lixo, sem qualquer proteção pessoal. Foi comum observar, entre os catadores, doenças de pele, micoses nas unhas. Houve inclusive relatos de ferimentos sofridos durante o trabalho com cacos de vidro, objetos pontiagudos (lascas de madeira, latas de conserva etc.) e perfurantes, como as agulhas. Por tudo isso, seria inevitável fazer constar que a manipulação de material retirado do lixo deixa marcas; algumas destas visíveis, como a sujeira que cai e fica no corpo do trabalhador, principalmente nas mãos e braços, como indicamos acima, conferindo um aspecto um tanto quanto pesado a esses trabalhadores.

Finalizando nossas reflexões acerca do segundo ponto de vista que configura o “ser” catador, identificamos que esta atividade é vista a partir do estereótipo da marginalidade comum às ruas e ao manuseio constante de lixo. É na negatividade que o trabalho de coleta e venda de materiais recicláveis tem um tipo de visibilidade, de percepção social, segundo o que podemos depreender das entrevistas realizadas.

2.2 – O ponto de vista dos catadores

Uma vez que invertemos a ordem de nossa apresentação, a partir deste ponto de nosso texto, passaremos a tratar do primeiro ponto vista, o dos próprios catadores sobre o trabalho que realizam.

Nessa perspectiva depreendemos, a partir das entrevistas que nos foram concedidas, que a conformação do modo de "ser" catador se dá a partir de quatro grupos de idéias: que o exercício da atividade proporciona maior liberdade no planejamento do trabalho, ressaltando aspectos positivos enquanto um trabalho "por conta"; que a atividade é uma possibilidade de se garantir renda, embora haja alguma referência ao trabalho formal; que se mostra mais como uma alternativa de trabalho que também garante moradia, com alguma referência ao desemprego; e que a atividade apresenta forte marca da natureza do material com o qual se lida.

A primeira idéia contém uma defesa ao trabalho "por conta", em contraposição ao trabalho formal, sendo aqui destacada a maior "liberdade" que a atividade oferece, no qual os trabalhadores podem imprimir um ritmo de trabalho que melhor lhes convier, tendo a possibilidade de adequar o itinerário que percorrem aos pontos fixos de coleta estabelecidos. Para exemplificar destacamos as seguintes falas:

"(...) esse aí é gostoso [a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis] né, esse aí você sai ...você anda com o carrinho, você carrega o carrinho, você vem embora. (...) é que o trabalho registrado você tem que ...pegar às 8 e tem que trabalhar até às 6, né. Aqui você sai às 9 horas, 8 horas, oito e meia, você sai, você está em casa uma hora, lá por 2 horas, 3 horas, 4 horas você está em casa ... aí já é o ritmo né. Tem serviço que você pega 7 horas, 7 e meia, 8 horas. Aí você tem que largar às 6, 6 e meia, que lá mesmo, onde eu trabalhava, lá embaixo, pegava às 8, começava às 8 e trabalhava até às 6, 6 e pouco, até 6 e meia, 7 horas, 8 horas. Provavelmente, a gente trabalhava até essas horas lá embaixo no serviço [onde estive empregado]. (...) eu prefiro, eu prefiro puxar, puxar papel dá mais do que trabalhar registrado. Que lá onde eu estava trabalhando, lá eles registraram minha carteira, ganhava cinquentão por semana, dava duzentão por mês. Aqui eu saio eu

trago, ganho 70, 80, 90, 100, esse daí é um serviço raro, né?(...)" Adão

"(...) é que a pessoa trabalha livre assim, né a pessoa sai para trabalhar, vem e volta assim, né, o patrão ... não, o dono de depósito, não incomoda a gente em nada, né?(...)" Jadir

Por sua vez, a segunda idéia sobre a atividade exercida se apresenta como uma possibilidade de se garantir renda enquanto não há a perspectiva de que se possa vir a ocupar um posto de trabalho que ofereça melhores condições no exercício da atividade. Além disso, a atividade passa a ser reconhecida como desagradável.

"(...) [a atividade ?] Ah, já acostumei, não tem nada de bom, né, cara. Acostumei né... acostumei a andar no movimento. Andar no movimento e andar de noite. Saio lá de casa seis horas, cara. Seis horas eu saio de lá. Tenho que andar só à noite daí, ó, agora eu já estou voltando... Já estou voltando. Agora, meia-noite, eu estou chegando em casa. Não é que... que a gente goste. Acostuma! É um costume. E... tem, o dinheiro, tá aí, né,cara. (...)" Raul

"(...) Rapaz, pra dizer que é bom, não tem nada de bom. Isso [a atividade exercida] aí é um meio de vida, porque já pensou, num lugar desses, num desemprego que está hoje nesse Brasil. O cara, hoje, pra pegar uma vaga de servente de pedreiro, eles estão pedindo primeiro grau. Pra quebrar pedra e abrir buraco. (...)" Silvio

"(...)Vou mais cedo, volto mais cedo, não tem aquele compromisso de ordem, de serviço... patrão e o encarregado, eu não tenho nada disso... mas só que eu não ganho nada.(...)" Uziel

Na terceira idéia sobre a atividade que os catadores exercem, o que tem importante papel é a expressão de que a atividade é uma forma lícita de se

garantir renda, reafirmando a condição de trabalhador, em oposição ao que seria ilícito. Também apontam para a relação da atividade com moradia e contém referências indiretas a respeito da situação de desemprego. Destacamos as falas abaixo com o intuito de exemplificar nossos comentários.

“(...) [gosta do trabalho?] Não! Faz porque é obrigado! Ah, se não catar papel vai morar aonde? Tem que catar como puder pra ter um lugar onde morar! (...) [Por outro lado] Ah, é bom, por causa de uma coisa, que a gente não está roubando, não está fazendo nada de mau... Eu acho, pra mim é bom, pelo menos eu não tô roubando, não tô usando drogas. Pelo menos, pro leite dos meus filhos, eu ganho. Melhor do que estar roubando, pedindo por aí. É igual falei, é melhor do que roubar, né, apesar de que é um serviço meio... chato de fazer. É melhor do que andar por aí à toa na vida, estragando a vida, roubando. Pelo menos ali é... tá certo é suado, é difícil, passa um monte de dificuldade, mas sabe que chega no final de semana você vai ter um troquinho pra você gastar... fazer alguma coisa. Apesar que também não é muito, né, mas... mas também... um pouco tá bom. (...)” Ondina

“(...) ah, no momento, assim que não tem nada .. é um ramo, um tipo de serviço ... pra não ficar sem fazer nada .. é é um ramo né, tem que gostar. Se não gosta não vai pra frente.(...) [sobre o trabalho do catador] o trabalho do catador de papel é um trabalho sujo ... é .. um trabalho sujo .. é tipo .. vergonhoso, né .. a gente

sempre passa ... paga uns micos por aí ... (...) muitas vezes a gente pega um pacote ali tem papel de banheiro né, outras vezes tem papel de hospital, que nem todo lugar... tipo... se aqui tem um hospital, eles põem o lixo lá na frente, você não vai saber que é daqui que saiu o lixo lá, né ... (...)” Gilmar

A última idéia que conforma o modo de "ser" catador, na percepção dos entrevistados, diz respeito ao fato de que estão "acostumados" com a atividade, embora não gostem de exercê-la. Quando iniciaram esta atividade, o ter que remexer em lixo foi sentido como aversivo. Seguem as falas:

"(...)não, o serviço não é muito bom, né. Tá mexendo no lixo .. tá revirando lixo, tudo ..então isso é ruim (...) A primeira vez que peguei um carrinho, eu falei: 'ôrra, eu pegar um carrinho!' ... e os meus parentes mexem [trabalham] todos com construção, né..... Falei: 'ôh, pegar um carrinho aí... é ... queimação!' [comprometer a imagem pessoal] (risos - tímidos). Acostumei já ... (...)” Ezequiel

"(...) então sempre tem o lado ruim (riso) como tem gente na rua que ajuda, que dá alguma coisa, que dá papel, por exemplo, mas também já tem outros que já .. acham que a gente tá atrapalhando, que a gente anda fazendo isso ... tá fuçando o lixo, não sei o que lá fazer o que né ... [mexe no lixo?] a .. pois eu .. para falar a real [verdade] acho a coisa meio normal, né. Todo mundo mexe .. então já não me intimido mais, né. No começo não .. achava meio estranho, tal .. vim do mato, chegar e mexer num monte de lixo. Aí depois fui pegando o embalo também .(...)” Gilmar

"(...) [mexe no lixo?] Não. O meu negócio é o seguinte: eu só vou pro lado que sai o lixo que não é lixo[regiões onde há a coleta seletiva de lixo]. Né? Porque geralmente mexer em saco de lixo é muito difícil, né? Eu pego o saco do lixo que não é lixo, tem vezes... que não é o lixo, porque é leve, já jogo ele diretamente no carrinho. E já trago direto pra casa. Agora o lixo que já é mais conhecido, você vê que é mais pesado. Então, já não mexo muito, né? Vou direto pra sacola do lixo que não é lixo e jogo direto no carrinho, direto pra casa. Porque às vezes vem um sapato numa sacola daquela, vem uma roupa, vem várias coisas, né? Porque já tem um nome: Lixo que não é lixo, né? O pessoal joga alguma coisinha boa, que dá pra aproveitar.(...)” Silvio

Deste modo, procuramos delinear algumas das idéias que deram sentido ao modo de "ser" catador de papel. Convém assinalar que tentamos demonstrar as idéias a partir das falas apresentadas nas entrevistas. Contudo, o isolamento "puro" dessas idéias poderia representar algo como uma mutilação das falas, portanto, valorizamos trechos das entrevistas que continham expressões das idéias de maneira mais clara, entre outras idéias apontadas. Disto, justifica-se possíveis repetições de uma determinada idéia, em circunscrições que queríamos chamar a atenção para outra idéia.

Como indicamos, na percepção dos catadores, eles são vistos pela população em geral sob a marca de uma invisibilidade que é imposta. Sobre isso, identificamos, dentre outras leituras possíveis, os seguintes aspectos (que estão entrelaçados): o fato de os catadores não serem percebidos como integrantes do ciclo produtivo da reciclagem; e a constante desqualificação dos catadores e do trabalho que fazem, ao ponto de chegarem a não ser vistos como trabalhadores pela população em geral.

Por outro lado, na visão construída pelos catadores acerca de si próprios enquanto trabalhadores, percebemos sobremaneira a tentativa de criar para os outros uma visibilidade ao trabalho exercido, através das afirmações sobre as vantagens e desvantagens no exercício da atividade.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais de nosso trabalho é imprescindível o resgate de algumas de nossas elaborações anteriores, pois terão a agregação de outras à luz dos dados analisados.

Vivemos em uma situação na qual o desemprego tem se colocado como um dos principais problemas do país, assim como o era no primeiro semestre de 2001⁴⁷, quando realizamos nossa coleta de dados. Como o número de postos de trabalho a serem preenchidos no mercado é muito baixo frente a demanda existente, vemos a tendência de ocupação do mercado informal⁴⁸ de trabalho (Sabóia, 1986), assim como uma deterioração nos salários e condições de trabalho. Nestas condições, o mercado de trabalho tem aumentado as exigências para a contratação, calcando-se em qualificações formais que não condizem com o tipo de trabalho oferecido (p. ex. exigir 1º grau para o posto de coletor de lixo, ou para abrir valeta) (Antunes, 1999; Neves et al., 1998). Os trabalhadores que coletam e vendem materiais recicláveis encontram-se em uma camada social onde o nível de escolarização é baixo, impondo-lhes mais restrições às poucas ofertas de trabalho que o mercado formal de trabalho oferece, visto que este é um dos critérios que são utilizados para a ocupação de um posto de trabalho. É a essa camada da população que são destinados os mais baixos níveis salariais.

Nesse contexto delineiam-se trajetórias de trabalhadores no mercado informal, orientadas por diversos motivos.

Dentre os motivos que os levaram ao exercício da coleta e venda de materiais, destacamos: a procura por maior remuneração (Durval); o fato de estarem desempregados (Nazaré); a inserção numa rede de relações sociais, na qual parentes já desenvolviam a atividade, oferecendo apoio logístico quando há a chegada de um familiar na cidade (Gilmar); a evitação de condições de trabalho consideradas mais perigosas e pesadas no mercado formal (por exemplo: o trabalho de Raul na construção civil).

⁴⁷ Ocasão de nossa coleta de dados.

⁴⁸ Como vimos, a atividade de coletar e vender materiais recicláveis está inserida no contexto do mercado informal de trabalho e da economia submersa.

O caso de Durval, que apresentamos entre os modos de estar na atividade de coleta e venda de materiais recicláveis como um catador “profissional” nos parece emblemático. Seria a expressão de que a atividade oferece melhores condições, pois foi mudando de um emprego formal para a atividade que ele dizia ter as principais realizações de sua vida (melhores condições de vida à família, construção de casa própria, adquirir automóvel). Entretanto, generalizar a situação para os demais trabalhadores seria uma armadilha. O caso deste trabalhador contém especificidades que podem ir além daquelas que conhecemos (trabalha há mais de 20 anos na atividade, tem vários pontos fixos de coleta, carrinho próprio e casa própria).

O contraponto que utilizamos é o caso de Silvio, que diferencia-se do primeiro, naquilo que tivemos conhecimento dos casos, pois nunca quis deixar os postos de trabalho formais para exercer a atividade (somente inseriu-se no mercado informal em períodos de desemprego e em situações nas quais a complementação da renda se fazia necessária).

Desta feita, as condições de trabalho de Durval e Silvio são diferentes, assim como suas trajetórias e modos de apropriação da atividade que exercem como catadores.

Durval foi um dos entrevistados que apontou que, na atividade de coleta e venda de materiais recicláveis, tinha rendimentos maiores que aqueles que teve quando esteve no mercado formal de trabalho. Há, de fato, a possibilidade de que haja maiores rendimentos do que naqueles postos de trabalho no mercado formal aos quais poderiam ter acesso, considerando-se as exigências atuais (escolarização, por exemplo), como é o caso da construção civil e coleta de lixo.

Outra dimensão presente no traçado dessas trajetórias situa-se nos “ganhos indiretos” que a atividade de catador tem possibilitado. A moradia, ainda que em condições bastante precárias nos depósitos, evita despesas mensais fixas, como o aluguel, contas de água e luz (Ezequiel e Miltom). Além

disso, a construção de uma rede de solidariedade que possibilita o ganho mensal de cestas básica (Ondina).

Está aqui também presente o que Lautier & Pereira (1994) observaram com trabalhadores da construção civil e com empregadas domésticas: a conformação do mercado de trabalho está informada pelas trajetórias individuais, pelas redes de relação e pelas avaliações que fazem sobre o mercado formal e informal.

Ainda sobre as falas, mas sob o aspecto “ser” catador, tivemos posições heterogêneas, principalmente na perspectiva de como esses trabalhadores percebem a atividade que realizam. Uma informação que surgiu, embora um tanto camuflada, foi a de que parte desses trabalhadores também se ressentem com o fato de lidarem com lixo. Por um lado, tal questão foi declarada e identificada como um fator que torna o trabalho ruim, mas por força da necessidade acaba-se “acostumando”, afinal tem-se que “enfrentar” a alternativa que resta. Foram falas que podem vir a dar um certo relevo à precariedade das condições de trabalho, por exemplo “*um trabalho sujo*”, “*que ninguém enxerga*”, “*leva desaforo*”, “*recebe mixaria*”, o quanto o proprietário ganha sobre o trabalho dos catadores (“*nas costas do catador*”).

Por outro lado, entre aqueles que não fizeram menções ao fato de lidarem com lixo, houve maior valorização dos aspectos contidos na atividade que remetem ao trabalho “*por conta*”, como por exemplo, a maior liberdade na organização do próprio horário e itinerário, a ausência de um chefe, a percepção de que podem ter maiores rendimentos, ou que é um trabalho menos pesado que outros do mercado formal.

Marcam também o “ser” catador a discriminação sofrida, a confusão entre trabalhador e marginal, por um lado e, por outro, a afirmação de que, apesar de ser um trabalho sujo, é uma forma lícita de se ganhar a vida, e a declaração, por parte de alguns entrevistados, de que se deve “*trabalhar direitinho*” (manter limpo o ponto de coleta, ajudar porteiros de prédios na retirada de tambores de lixos e fazer eventuais favores aos fornecedores de material reciclável etc...).

Ao expormos certas facetas referentes às condições de vida e trabalho que conhecemos na ocasião de estágios curriculares da graduação e projeto de extensão universitária⁴⁹, somados às informações gerados nesta pesquisa (cap. 3 e 4), ensejamos delinear fragmentos do contexto de vida e trabalho, informando como neste trabalho acontece.

Indicamos que a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis é marcada pela precariedade e flagrante exploração dos trabalhadores que a exercem. Neste ponto, temos em mente a situação local na qual se encontram (favelas, moradia em depósitos, não legitimidade do seu papel enquanto trabalhadores), bem como sua situação global: importante participação dos catadores de papel na indústria da reciclagem (aqui destacamos a indústria de papel e celulose), que ocorre sem que haja um lugar reconhecido e estabelecido para esses trabalhadores na estrutura formal da captação de materiais introduzidos no ciclo produtivo da reciclagem.

Diante disso, reafirma-se a posição de Cacciamalli (1982, 1991) de que o mercado formal e o informal relacionam-se de forma intersticial e, claramente, o primeiro depende da produção gerada pelo segundo, e este é conformado por trajetórias de trabalhadores precarizados, que se sentem percebidos pela população da cidade como estorvo, como sujos, como marginais.

Muito embora seja inegável a importância da participação da atividade desses catadores para a economia, observa-se que na cidade de Curitiba a implantação do serviço de coleta seletiva foi realizada à revelia dos trabalhadores que coletam e vendem materiais recicláveis da cidade. Esse fato colocou estes dois atores (prefeitura municipal e catadores de papel) em confronto direto. Nossos entrevistados foram categóricos em afirmar que a implantação do serviço só veio a prejudicar a atividade que exercem, uma vez que, à medida que a população adere à separação e entrega dos materiais recicláveis separados do lixo orgânico, diminui o volume disponível aos trabalhadores, atrapalhando-os no exercício da atividade. Disto acaba resultando uma disputa entre o caminhão de coleta seletiva e os catadores,

como bem demonstrou Silvio, entre outros, que tem o mesmo itinerário da coleta seletiva. Deste modo, torna-se evidente que políticas públicas

direcionadas à coleta seletiva e destinação de resíduos sólidos recicláveis não deveriam prescindir da participação destes trabalhadores no seu planejamento.

⁴⁹ Cf. descrito na Introdução desta dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v.2, n.1, p.55-59, 1999.
- BASTOS, L. R. et al. *Manual para Elaboração de Projetos e Relatórios de Pesquisa, Teses, Dissertações e Monografias* (4^a ed.). Rio de Janeiro, LTC, 1995.
- BLEGER, José. *Psico-higiene e psicologia institucional*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. *Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo, 1982. 234p. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), Universidade de São Paulo.
-
- _____ A economia informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In GIAMBIAGI, Fábio (org.) *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- CALDERONI, Sebatai. *Os Bilhões perdidos no lixo*. São Paulo, Humanitas, 1997.
- CARVALHO, Marília G. Catadores de papel: a vida pelo avesso. *Boletim de Antropologia*, Curitiba, v.3, n.3, ago.1990.
- CELULOSE & PAPEL. *Pequena história da celulose*. São Paulo, ano IV, n.19, p.41-44, 1988.
-
- _____ *Papirus - Um sucesso de tirar o chapéu*. São Paulo, ano III, n.10, p. 18-20, 1987.

São Roberto dribla a crise e aposta no futuro. São Paulo, ano VII, n.33, p.16-18, 1991.

Brasil acompanha a média mundial. São Paulo, ano XIII, n.54, p.16-17, 1996.

COSTA, Idalina F. *De lixo também se vive: origem e reprodução de comerciantes e catadores de lixo - Cidade Nova – Natal / RN.* Recife, FUNDAJ/ Ed. Massangana, 1986.

FERNANDES, Maria Z. P. Os moradores do lixão de Campina Grande. *Travessia: Revista do Migrante*, São Paulo, ano 5, n.14, p. 15-18, set. /dez. 1992.

FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

FISCHER, Nilton B. Economia informal e formação humana: o processo educativo de mulheres recicladoras de lixo. *Travessia: Revista do Migrante*, São Paulo, ano 6, n.16, maio/ago. 1993.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade* (13ª ed.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

GAZETA DO POVO. Curitiba, 28 set. 1999. Seção Local/Especial, p.8-9.

GONÇALVES F.º, José M. *Passagem para a Vila Joanisa: uma introdução ao problema da humilhação social.* São Paulo, 1995. 171p. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

GRANJA, Elza C.; KREMER, Orly S.; SABADINI, Aparecida Angélica Z.

Citações no texto e notas de rodapé: manual de orientação (2ªed. revista e aumentada). São Paulo, IPUSP, 1997.

GRANJA, Elza C.; SABADINI, Aparecida Angélica Z.; KREMER, Orly S.
Normalização de referências bibliográficas: manual de orientação (3ªed. revista e aumentada). São Paulo, IPUSP, 1997.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*/ Carolina Maria de Jesus (5ªed.). São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1960.

JUNCÁ, Denise C. de M. & AZEREDO, Verônica G. Terra das Margaridas - a vida no compasso do lixo. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n.157, p.67 – 79, maio/jun. 1995.

LAUTIER, Bruno & PEREIRA, Jaime M. Representações Sociais e construção do mercado de trabalho: empregas domésticas e operários da construção civil na América Latina. *Cadernos CRH*, Salvador, n.21, p.101-124, jul./dez. 1994.

LEGASPE, Luciano R. *Reciclagem: a fantasia do eco-capitalismo - um estudo sobre a reciclagem promovida no centro da cidade de São Paulo observando a economia informal e os catadores*. São Paulo, 1996. 239p. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP).

MAIA, Denise M. *Catadores de papel: intercâmbio de conhecimento*. Curitiba, 1996. Relatório de Projeto de Extensão Universitária, PROEC/UFPR.
[mimeo]

MANCINI, Paulo J. P. *Uma avaliação do sistema de coleta informal de resíduos sólidos recicláveis no município de São Carlos, SP*. São Carlos, 1999. 150p. Dissertação de mestrado, Escola de Engenharia São Carlos (EESC), Universidade de São Paulo (USP).

MELLO, Sylvia L. de. *Trabalho e sobrevivência*. Mulheres do campo e da periferia de São Paulo. São Paulo, Ed. Ática, 1988.

MENEZES, Marilda A. Trabalho por conta própria: o sonho dos migrantes?

Travessia: Revista do Migrante, São Paulo, ano III, n.8, p.23-26, set./dez.1990.

MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (4a. ed.). São Paulo, Hucitec/Abrasco, 1996.

MOURA, Milton & GONÇALVES, Roberto. Os badameiros: o lixo das profissões ou a profissão do lixo. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n.124, p.12-21, nov./dez. 1989.

NEVES, Tatiana F.S. das N. et al. Desemprego e Ideologia: as explicações das causas do desemprego utilizadas por trabalhadores metalúrgicos. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v.1, n.1, p. 1-13, 1998.

PARREIRAS, Charles P. *Catadores da esperança: a experiência da ASMARE*. Belo Horizonte, 1999. 73p. Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Depto. De Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Migrantes*. (s.d.). Artigo disponível na Internet: www.curitiba.pr.gov/pmc/curitiba/index.asp

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Lixo que não é Lixo*. (s.d.)

Artigo disponível na Internet:

www.curitiba.pr.gov.br/pmc/destino.asp?destino=serviços/smlp/index.html

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. Departamento de Projetos e Ação Comunitária. Centro de Atendimento à População. *Relatório: Cadastramento do carrinheiro*. Coord. Marly Carvalho S. Santos. Santos, 1990.

RODRIGUES, Arakcy M. *O trabalho autônomo e semi-autônomo*. São Paulo, 1981. Relatório de pesquisa nº 11, Faculdade Getúlio Vargas (FGV).

SABÓIA, João L. M. Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983. *Revista de Economia Política*, v.6, n. 3, jul./set. 1986.

SOUZA, Fátima V. F. *Sobrevivendo das Sobras: as novas formas da miséria urbana*. Rio de Janeiro, 1995. 144p. Dissertação de mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ Escola de Serviço Social , Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, Gisele V. *Os catadores de papel e seu trabalho*. Belo Horizonte, 1998. 50p. Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Depto. Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

VIEIRA, M. A. et al. *População de rua, quem é, como vive, como é vista*. São Paulo, Hucitec, 1992.